

Revolução



Que os faz correr para o Veloso?

Pág. 3

PROPOSTA DO PRP À CNPUP

Programa de Luta

• campos • fábricas
• casas • quartéis Centrais

Os GDUP em discussão

Pág 6 - 7

Organização Sindical

-notas para um debate

Pág 10



Bolívia — 8 de Outubro de 1967

**“CHE” GUEVARA
PRESENTE!**

Pág 15

• O que é a saúde?

-condições de vida
condições de morte

Pág 13 - 14

Teses

Congresso
dos
GDUP

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

e a actualidade nacional

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

As ilusões dos reformistas

As medidas aprovadas na reunião de 30 de Setembro do Conselho de Ministros são todas elas lesivas dos interesses dos trabalhadores são todas elas indicativas, não só da política que o PS quer seguir mas também de quem pretende ter como aliados para defender essa política

Para aqueles que, como o PC defendiam a «maioria de esquerda» a política que o governo PS vem adoptando é, mais concretamente, as medidas tomadas pelo Conselho de Ministros de 30 de Setembro (entre elas revogação da unidade sindical) são mais uma machadada nas ilusões que têm vindo a espalhar e mais uma prova cabal dos erros da sua análise, tática e estratégia. Por sua vez o não

reconhecimento desses erros é mais uma prova das suas concepções e métodos de trabalho reformistas a prova de que os interesses que defendem nada tem a ver com os interesses dos trabalhadores.

Para aqueles que como a UDP defendiam que apoiariam o governo PS nas medidas que este tomasse a favor dos interesses dos trabalhadores mas que se oporiam às medidas anti-operárias e

anti-populares do governo, a política seguida pelo PS e que estas medidas só vêm confirmar, é a prova da sua miopia política de que o reformismo impera nas suas concepções e métodos de trabalho de que a sua análise e tática estavam errados.

É a prova de que não perceberam qual a natureza deste governo e analisaram erradamente a actual situação, sobretudo a situação económica. É a prova de que as suas constantes «auto-críticas» não passam de choradinhos e de que são incapazes de analisar correctamente a situação actual porque os seus métodos de trabalho têm a ver com o reformismo, embora se apresentem como revolucionários embora possam parecer como anti-reformistas quando no fundo são é anti-PCP.

RTP

Tomás Rosa despede quem não é do seu clube

Como órgão de comunicação social, a TV desempenha o papel mais importante de divulgação e propaganda de quem detém o poder.

Por isso o Governo constitucional se vira para a TV e a quer reestruturar «a fundo». Tomás Rosa é o homem de confiança e a quem o Governo incumbiu de mexer e remexer, ir até ao fundo, para que possa tornar a TV no seu órgão oficial.

«Penso que tenho a ver com tudo e uma palavra a dizer sobre tudo». E, é nesta linha de pensamento, que Tomás Rosa não pode suportar que haja na empresa que neste momento gere, vozes discordantes e que se levantem contra as ideias do «Grande Senhor», tendo assim só uma saída — despedir trabalhadores. Os resultados estão à vista. Para quem vê a TV (e são milhares)

—, só tem direito a ver o que é a política governamental e o que é oposição de direita (CDS, CAP, etc.).

Dos trabalhadores, das suas lutas, da sua organização, nada se passa neste País para os homens da TV. Mas as lutas existem de facto, a organização dos trabalhadores avança de facto.

A censura interna na TV não poderá anular o que se passa em todo o País. Os trabalhadores saberão encontrar formas de rocar entre si, as experiências das suas lutas, das suas formas de organização. Entretanto, os trabalhadores despedidos não aceitaram a decisão do novo senhor da RTP e irão proceder judicialmente.

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

Semestral 90\$00 Anual 180\$00 PAGAMENTO

Estrangeiro

Semestral 300\$00 Anual 600\$00

Em cheque L.
Em vale

Lê assina divulga Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE
Rua Álvares Cabral, 110, PORTO
LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 horas e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas.

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

MATOSINHOS — Rua Conde de S. Salvador, 374
Tel. 931925

VIANA DO CASTELO — Rua de Coriscada, n.º 60 Tel. 24320

BARCELOS — Av. Liberdade 60 r/c
Tel. 830099

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961

MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 65

ARGEA — Tel. 92169

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, n.º 60 Tel. 25542

CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10 Tel. 179

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreco, n.º 142
Tel. 24149

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, n.º 40
ALGÉS — Rua Victor Duarte
Petrosso, n.º 75 - Algés de Cima
Tel. 2100327

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 247412

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro
n.º 16-17 Tel. 2512807

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — Rua de Paço de Arcos, lote 16

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Rua Jorge de Sousa

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3
BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, n.º 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312

TORRÃO — Horta Seca

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763267

QUINTA DA LOMBA — Rua de Goa, 21-A

SINES — Rua Marques de Pombal, n.º 86 Tel. 62880

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998

ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

LOULÉ — Av. José da Costa Meilha, n.º 39 - 1.º Tel. 63043

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17
Tel. 63043

MONCHIQUE — Estrada da Foia, 9, Monchique

OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 64 - B - C

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

ESTOMBAR — Rua D. Pedro Galvão, 5

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

As iniciativas do CDS ou o assalto ao poder pelo fascismo

A direita fascista continua a atacar servindo-se da legalidade burguesa do Governo PS e das suas medidas anti-operárias. O grupo parlamentar do CDS reunido no passado fim de semana dno Porto, decidiu apresentar ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República dois projectos de decreto-lei (referentes à Reforma Agrária e aos Impostos), a ractificação pela Assembleia da República da lei sobre as autarquias locais, que o governo deu informações sobre «o grau de cumprimento de código de investimentos Estrangeiros» e decidiu ainda a apresentação do «Estatuto de Oposição».

Para um porta voz do CDS estas decisões tomadas constituem «uma verdadeira bomba». E não é para menos. Por um lado põem as bombas por outro servindo-se da imprensa reaccionária pretendem apresentar as suas propostas como algo de importante e fundamental para a resolução dos problemas e, fazem deles autênticos bombas contra os trabalhadores.

«ESTATUTO DE OPOSIÇÃO» ASSALTO ABERTO AO PODER PELO CDS

Os fascistas do CDS preparam agora a base sobre a qual vão assentar a sua política de assalto aberto ao Poder. Servindo-se da política de conciliação do PS e da força que dispõe ao nível do aparelho militar vão os fascistas apresentar a base sobre a qual cobrirão todas as suas manobras e ataques ao proletariado.

Enquanto já falam abertamente em que não há que temer nem veem problema nenhum em que se façam novas eleições gerais se a situação política aconselhar, os fascistas do CDS vão preparando o terreno, vão aproveitando este tempo para organizar forças e alcançar vitórias ao mesmo tempo que se pretendem apresentar como a única alternativa do governo para esta situação de grave crise económica e social explorando os erros do reformismo e dos conciliadores.

No seu «Estatuto de Oposição» o CDS vai apresentar a legalização de uma oposição fascista ao Governo de Mário Soares, vai formalizar a apresentação de uma alternativa fascista para a actual situação.

A REFORMA AGRÁRIA O PS E O CDS

Para os fascistas do CDS o governo «afigura-se disposto a prosseguir na execução da propriamente chamada lei da «Reforma Agrária», o que para eles não pode acontecer. Que o governo ordene as desocupações convem-lhe. Que o governo fale no direito de reserva e nas indiminuições para os Agrários convem-lhes. Que o governo fale em mais terras para expropriar já não pode ser e então servem-se da legalidade burguesa para passarem ao ataque.

Para o CDS não se podem fazer mais expropriações enquanto a lei da reforma Agrária não for apresentada e aprovada pela assembleia da Re-

pública.

A direita fascista desmascara-se. Aprovado com «satisfação» as desocupações o CDS pretende impedir que se expropiem mais terras para depois vir a exigir a desocupação das terras já expropriadas.

Para o CDS trata-se de fazer levar o PS a tomar cada vez mais medidas à direita abrindo-lhe as portas para o assalto ao poder pelo fascismo.

IMPOSTOS E INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Outros dos pontos em que o CDS vai atacar vai ser na questão dos impostos com o agravamento dos impostos decretados pelo VI Governo. É mais uma batalha que eles travam a qual vai servir para novos ataques.

Pondo em causa o decreto do VI Governo preparam-se para pôr em causa tudo o que foi feito depois do 25 de Abril inclusivé o 25 de Abril. Para o CDS não está em causa o agravamento dos impostos que eles até estão «conscientes das necessidades do Estado» o que para eles é importante é não aceitar que pelo seu silêncio passe em claro uma atitude prepotente do VI Governo.

Por sua vez o CDS ataca o Governo numa das suas principais bases, naquilo que constituiu o principal slogan do PS nas eleições — a credibilidade em relação ao estrangeiro, o dinheiro que o imperialismo poderia mandar por ter confiança no Governo PS.

É por isso que o CDS exige saber como tem sido cumprido o Código de investimentos estrangeiros, é para se saber que o imperialismo ainda não encontrou as condições políticas necessárias para investir e retirar os lucros a que estão habituados. É para se provar que também para o Imperialismo este governo é um governo de passagem para outro que lhe sirva completamente os seus interesses e que o CDS é o principal candidato para esse lugar.



Almeida Santos em Roma

O ministro da Justiça foi a Roma. E viu o Papa. Esteve com ele. O motivo da visita foi a canonização de mais uma santa de Portugal. Almeida Santos viria a dizer numa entrevista concedida à France Press, que «A Igreja Católica desempenhou um papel discreto mas eficaz contra o Comunismo em Portugal».

Almeida Santos constata uma realidade. E por isso sabe quanto a Igreja contribuiu para que — ele e o PS estejam no poder. Por isso

ele vai a Roma, embarcar em mais uma «cerimónia» que contribui para a alienação das camadas da população menos esclarecidas e isso ajuda o Governo, a governar ao seu modo.

Só que para a Igreja (que andou de braço dado com o fascismo) talvez não chegue o governo PS, e continuará a desempenhar «um papel discreto mas eficaz». Agora contra o PS, até à tomada do poder pelo fascismo.



PPD muda de fachada

O Conselho Nacional do PPD reuniu no passado fim de semana.

Decisão importante: mudar de nome para PSD (Partido Social Democrata).

A política, essa continua a mesma. Aliás, 50 anos de métodos de trabalho não se mudam de um momento para o outro.

O PPD no seu Conselho Nacional também aprovou novos métodos de organização e o congresso para 30 e 31 deste mês, em Leiria.

Novas formas de organização para preparar novas investidas contra

a luta dos trabalhadores, para avançarem para o seu pacto «tripartido» do qual resultará um governo que sirva melhor os interesses da burguesia.

Novas formas de organização para tomarem de assalto as autarquias locais se os trabalhadores não se unirem e organizarem para o impedirem.

O Congresso é uma data de luta. Aos avanços da burguesia só com avanços do proletariado se poderá responder.

e a actualidade nacional

Crítica para a unidade

Congratula-se o PRP em verificar que não está só quando defende que a unidade não se constrói escondendo as divergências antes encarando-as de frente e debatendo-as publicamente. Daí que saudemos a atitude do MES em tornar pública a sua «crítica para a unidade» num momento que o PRP considera de opção decisiva, já que do futuro do MUP (Movimento de Unidade Popular) depende sobremaneira a possibilidade prática de uma alternativa ao fascismo.

Nesse sentido, e para que o debate seja enriquecido, adianta o P.R.P. as considerações que julga fundamentais levantadas no comunicado do M.E.S. Assim considera o P.R.P. que:

1 — Quando o M.E.S. afirma que por um lado não se põe «a alternativa imediata ou fascismo ou Revolução socialista» e, por outro lado, que «... o perigo do fascismo não se coloca de imediato, a curto ou a médio prazo, considerando estados intermédios da evolução política...» fica sem se saber quais as razões que levam o M.E.S. a concluir que a alternativa só se colocará a longo prazo...! Como não fica claro se mesmo a longo prazo, o M.E.S. considera como inevitável ou não a alternativa ou fascismo ou Revolução socialista? Como, no caso do MES, não considerar a alternativa, qual será a terceira via? Entretanto conclui-se já, pelo menos, que o M.E.S. considera que vamos assistir de imediato, a uma estabilização da democracia burguesa.

2 — Tal como não é possível a passagem pacífica para o socialismo, já não é possível, o regresso ao fascismo por via pacífica. Pretender que o fascismo pode voltar através de medidas administrativas apenas acompanhadas de uma ou outra medida de violência, é, no fundo, esconder a violência reacçãoária que as condições objectivas determinam, para logo fugir a essa questão, fundamental de carácter político e com implicações orgânicas que é a necessidade da violência revolucionária de massas.

3 — A impossibilidade de consolidação da democracia burguesa é um facto que o P.R.P. aponta desde o 25 de Abril de 1974, e que deriva fundamentalmente de razões de natureza económica. Pretender que um regime de democracia burguesa poderá vigorar por alguns anos é não ver nesta crise que Portugal atravessa o reflexo da crise do capitalismo à escala mundial na sua fase mais avançada — o imperialismo — agravada por condicionalismos de ordem interna que vão desde o reflexo das guerras coloniais ao processo de descolonização, passando pelas insuficiências de todo o tipo de infraestruturas próprias de um capitalismo arcaico e retrógrado, incapaz de competir técnica e comercialmente com os países do imperialismo, ou sequer de neles se integrar, sem total absorção.

4 — Independentemente da questão de preço, é, pois, óbvio que o dilema é fascismo ou Revolução socialista, não passando de mero exercício intelectual a procura desesperada de terceiras vias. Considera mesmo o P.R.P. que tal procura tem um fundo ideológico de cariz reformista que propicia inevitáveis desvios ou no sentido do capitalismo de Estado, ou no sentido de mais um esteril e alienante tipo de estudos.

5 — Pretender ainda que o dilema é fascismo ou Revolução socialista não põe a curto ou a médio prazo, é ver sequer os sinais mais evidentes das últimas semanas, para já não

dizer que é teorizar idealisticamente sobre uma situação, não atendendo aos factos fundamentais da mesma. E, da parte do M.E.S., não ver a situação económica do País e à escala mundial, é sobrestimar a força do inimigo no que toca à base social de apoio; é subestimar o grau de combatividade, de experiência de consciência e de organização das classes trabalhadoras; é não ver ou não querer ver as razões de fundo que reduzem o Governo P.S. à total impotência e ao seu rápido esboramento; é fingir não perceber a importância da criação de duplos poderes da direita como o caso de Pires Veloso; é desconhecer o significado e as razões do incremento do estabelecimento de novos e grandes poderes imperialistas da N.A.T.O. no território nacional.

6 — Pretender que o poder da burguesia se vai restaurando sem confronto é também uma visão derrotista que pode ser pretexto para uma passividade própria de um observador, ou seja, do não assumir até às últimas consequências a militância revolucionária que, mais do que a interpretação da realidade visa a sua transformação.

Estas são, pois, as questões de fundo em que se exprimem as divergências, já que, como é óbvio, as acima apontadas determinam outras de natureza tática e que delas derivam directamente. É o caso da composição do M.U.P., acerca do qual o M.E.S. repudia a componente Órgãos Populares de Base que adiram, em representação da adesão dos trabalhadores abrangidos, ao MUP.

É a concepção tática natural de quem desliza ideológica e estrategicamente para o capitalismo de Estado, ainda que envergonhado. Para o P.R.P., a componente Órgãos Populares de Base não só é necessária como fundamental, já que é nesse expoente orgânico que os trabalhadores encontraram e encontrarão resposta aos seus problemas. Paralelamente, o M.E.S. não põe, naturalmente, a necessidade de os Órgãos Populares de Base, hoje de carácter reivindicativo, adquirirem carácter e funções políticas, sem o que não haverá Revolução (se houvesse seria capitalismo de Estado). É nesta concepção, de que o M.E.S. se vem afirmar expoente, que navegam aqueles que privilegiam os sindicatos aos Órgãos Populares de Base, e que é a expressão de um reformismo que desempenha um papel de travão das lutas e de organização dos trabalhadores, na ilusão de que o socialismo se pudesse alcançar por etapas e sem grandes sobressaltos.

Duas coisas, entretanto, estranha o P.R.P. no comunicado do M.E.S.:

A primeira diz respeito à composição do M.U.P., já que o M.E.S. aparece publicamente a traír um acordo que corroborou e que está expresso nas «Bases para o programa de candidatura» de Otelo («... a caminho de uma sociedade nova onde seja possível o

exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras...»), e no documento «G.D.U.P.: definição política, funções e objectivos próximos» (em cujo ponto 3.º se lê: «Os G.D.U.P. aparecem assim como uma nova componente do movimento popular no seu conjunto e ligada às outras forças que o integram, as organizações autónomas dos trabalhadores e do povo... os partidos políticos e os militares progressistas»).

Pergunta-se: porque viola o M.E.S. acordos anteriores? Será que reconhece hoje já ter sido «esquerdista anarquizante»? Ou será que se assusta perante a perspectiva de os Órgãos Populares de Base se assumirem como órgãos políticos autónomos, instrumento das classes trabalhadoras para a conquista do poder e para o exercício da ditadura do proletariado? Ou será ainda que lá bem no fundo, o M.E.S. pretende tal como a U.D.P./P.C.P.(R), restringir o M.U.P. aos G.D.U.P., ficando então o M.U.P. à mercê de um

partido político?

Finalmente, porque aparece subitamente o MES, a demarcar-se tão profundamente do P.R.P., dias depois de ter proposto um encontro alargado entre as direcções respectivas, já que «não havia grandes divergências de fundo»? Será que o M.E.S. não se dá conta da profundidade dos problemas que o tema M.U.P. envolve?

Mau grado os termos simplistas e professorais utilizados pelo M.E.S. (como o de «esquerdistas anarquizantes») e que fazem lembrar os utilizados pelo P.S., o P.R.P., para além de considerar positiva a discussão pública, corrobora a importância de encontros bilaterais, aceitando portanto a reunião entre as direcções das duas organizações propostas pelo M.E.S.

— Em frente com o M.U.P.!
— Em frente pela Revolução Socialista!

Lisboa, 1 de Outubro de 1976
direcção do P.R.P.



O imperialismo bate palmas a Soares

O imperialismo continua a ditar as suas leis sobre a forma de resolver a situação da greve crise económica, social e política em Portugal.

Enquanto, por um lado, Carlucci, o embaixador americano em Portugal se porta como um autêntico membro do poder político percorrendo o Norte do País tendo contactos políticos com governadores civis com militares, et., o «New York Times» escreve sobre a situação política.

Para o «New York Times» ou seja para o imperialismo, Mário Soares «iniciou finalmente uma série de programas essenciais para uma viragem económica em Portugal, mas politicamente difícil para um Governo socialista — e minoritário — levar a cabo».

Para o imperialismo há que acabar com esses laivos de «socialismo» e fazer com que a «viragem económica em Portugal» vá até ao fim e aponta logo as soluções. Que o P.S. se alie pelo menos ao P.P.D. «neste momento desesperado em que está a tentar levantar Portugal de meio século de estagnação (isso de fascismo para o imperialismo não existe) e de 30 meses de quase anarquia».

É que o imperialismo acredita em Soares pelo menos por enquanto pois este está a fazer-lhes o jogo.

Para o imperialismo quando Mário Soares falou da importância de uma «severa austeridade», o homem era «honesto» pois já começou «a quebrar o domínio comunista na única Confederação Nacional de Sindicatos a res-

tabelecer a disciplina de trabalho nas lojas e fábricas e a restituir aos seus proprietários as terras ilegalmente ocupadas».

Palmas para Soares, só é pena é que ele não faça mesmo a coligação «centro-esquerda» proposta pelo imperialismo mesmo que isso possa «provocar algumas deserções socialistas».

Mas que é isso de ter problemas em pôr fora alguns homens que ainda pensam no «socialismo em liberdade» e que julgam que passo a passo se poderá chegar a uma sociedade mais justa, quando poderiam formar um «Governo robusto» que não tenha problemas nenhuns em reprimir os trabalhadores «capaz de empreender as medidas necessárias para a recuperação forma e modernização — os passos que devem ser dados para estabelecer uma democracia (leia-se capitalismo) duradouro em Portugal».

Um «Governo robusto» que não hesite em esmagar as organizações dos trabalhadores, que imponha o fascismo na via do capitalismo «duradouro»,

Que os faz correr para o Veloso?

Tal como nos últimos meses de vida de Salazar o boletim clínico do moribundo surgiu como decreto diário em todos os jornais e noticiários da rádio e da televisão também agora nos vamos habituando às notícias quotidianas da «agenda diária do Pires Veloso», quase recuperado do acidente que há meses foi vítima.

Mas, curiosamente dessa agenda constam permanentemente as mais gradas personalidades politico-militares deste País, que, pelo que se sabe, não vão propriamente ao Hospital Militar do Porto saber das melhoras do ser. Brigadeiro...

Desde o Eduino Vilar até ao Melo Antunes passando por Eanes e Carlucci todos lá têm ido fazer a sua consultazinha

Tem-se chegado a falar numa presumível incapacidade física para continuar a assumir o Comando da Região Militar do Norte, depressa essa ideia desapareceu, começando a assistir-se à promoção escandalosa da sua figura em jornais e publicações de extrema-direita como «O Tempo» e «A Rua» que escarrapacharam as suas lamentações e as suas esperanças no regresso às funções, de Pires Veloso.

Foi todo o período ambiental que precedeu a reformulação do CR e na qual toda a extrema-direita e a direita civil e militar estavam empenhadas: pode-se dizer que saiu falhada a manobra e o Galvão de Figueiredo e Eduardo Silva lá foram para as «adjacentes» entrando o Garcia dos Santos, um dos nove de segunda fila, e que ainda por cima está comprometidíssimo com o plano operacional do 25 de Abril. Era de mais.

Os Comandos da Região Militar do Norte entraram em ebulição e possivelmente o boletim clínico de Pires Veloso deve ter apresentado um aumento da tensão arterial, para cima dos valores normais do paciente, ao longo desses dias. Aí quase todo o CR se desloca para o Porto para explicar e garantir aos gloriosos Comandos da Região e ao seu comandante que Garcia dos Santos era melhor que o Carlos Azeredo (que entretanto ficou

com a «aproximação» e deverá ir para segundo comandante do Regimento de Cavalaria do Porto). Depois chega (terá mesmo chegado?) a hora de consultar o sr. brigadeiro até onde se poderia ir nas investigações sobre os bombistas. Para já, não gostou lá muito da prisão de Motas Freitas opinião intensamente corroborada pelo seu segundo comandante, (cor Rocha Pinto) o que talvez explique o à-vontade e quase a expressão pública da indignação geral que esta prisão teve junto de todo o corpo da Polícia do Porto: pelos vistos para a generalidade dos agentes da PSP daquela cidade, M. Freitas não seria pior que o famigerado Cor. Santos Júnior do «Tempo da velha senhora»... Acreditamos, seguramente, que as razões do descontentamento de Pires Veloso não são as mesmas das dos polícias do Porto mas, o que é um facto é que após a discreta visita feita pelo conselheiro Canto e Castro aquele hospital as investigações sobre a rede bombista têm vindo a evoluir da forma que previamos: alguns dos responsáveis são libertados, as acarições são difíceis, as declarações anteriores são revistas e, já agora, o que terá Pires Veloso aconselhado como sanção às declarações insinuantes, mas corajosas, de Sousa e Castro sobre as intenções do CR na descoberta



Desde Eduino Vilar até ao Melo Antunes passando por Eanes e Carlucci todos lá têm ido fazer a sua consultazinha

de «toda a verdade»?...

Seguiu-se então, e mais recentemente, a fase das «Américas»: primeiro foi o adido militar americano que aproveitou e fez uma reuniãozinha com alguns oficiais superiores da Região no Consulado e depois seguiu-se o sempre amigo, particularmente da Região Norte, Frank Carlucci o qual, esse sim, terá ido saber do estado de saúde daquele militar e terá talvez aproveitado para relevar o convite há tempos feito ao sr. brigadeiro para ir visitar a pátria do Imperialismo, o que só lhe faria bem, a exemplo do seu amigo Alm. Souto Cruz que indo recentemente aos EUA promoveu imediatamente alguns oficiais gerais da nossa Armada entre os quais se contam «valerosos combatentes pela democracia» que até tentaram resisitir, militarmente, ao 25 de Abril...

E DEPOIS DA CONVALESCENÇA?

Como se pode ver o alarido feito à volta desta figura militar teve significados precisos em determinados momentos e para determinadas situações o que nos obriga a interrogarmo-nos sobre as mais recentes análises vindas a público como se de uma campanha eleitoral tardia se tratasse. Assim, como explicar por exemplo a divulgação em vários jornais, do facto verificado após o discurso ao País de M. Soares em que P. Veloso ao telefone dizia que não gostou?

O sr. brigadeiro estará somente a emitir a sua opinião (aliás muito respeitável...) Se assim é porquê dar-se

tanto relevo ao facto? Será que P. Veloso vai passar à oposição, tal como o CDS? Ou já se arrependeu de prescindir da «qualidade política» no CR, para optar pela de operacional no Comando da RMN?

Poder-se-á dizer que a divulgação destas posições e de toda uma imagem bastante favorável de P. Veloso, em determinados órgãos, poderá simplesmente ser uma tentativa de recuperação da sua figura dando-lhe uma cariz liberal, tentando-o comprometer com a chamada ala moderada das Forças Armadas. No entanto, a realidade do passado político do P. Veloso e as posições que foi assumindo ao longo deste processo não apontam nesse sentido: que o digam os ministros do MLSTP, afastados e exilados em Portugal, aquando da sua permanência como Alto Comissário naquela ex-colónia, que o digam os soldados do CICAP e de todas as Unidades após a sua posse como comandante da RMN.

Efectivamente este fenómeno é sim reflexo das contradições que se desenvolvem neste momento intensamente entre diferentes estratos da burguesia portuguesa: a Institucionalização da democracia burguesa é incompatível com a intervenção, ao nível do Poder, dos militares. Na primeira está empenhada a burguesia liberal, na segunda empenha-se o estrato da burguesia mais reaccionária que luta pelo regresso ao passado. Os latifundiários, o grande capital, para o que necessitam dum Pinochet

“Povo Unido” ou “PC/MDP unidos”

Quando surgiu a candidatura revolucionária de Otelo à presidência e, esta, foi encarada pelos trabalhadores como factor da sua unidade para as batalhas que se avizinhavam, o PCP apresentou a candidatura divisionista de Pato que se distinguiu pelos ataques acérrimos à candidatura de Otelo e pela benevolência em relação a Eanes e ao que representava a sua candidatura

A quem serviu então a candidatura de Octávio Pato? Serviu a Eanes serviu à burguesia (a quem a divisão dos trabalhadores serve sempre).

A «UNIDADE DOS REFORMISTAS»

A política de unidade do PCP passou da «maioria de esquerda» para o «Povo Unido».

Incapazes de defenderem por mais tempo a tese da «maioria de esquerda» os reformistas não perdem tempo em forjar novas unidades. Unem-se com eles próprios.

Incapazes de lançar um grande movimento de Unidade dos trabalhadores forjam-no nos seus «Diário (s)» e comunicados, fazem os seus comícios como se fossem encabeçados pelos trabalhadores e não por eles próprios.

São eles e mais eles e mais eles que estão unidos. O «Povo Unido» não passa do «PCP Unido».

Isto é bem a prova do que é para os reformistas a unidade dos trabalhadores, do horror que eles têm à construção dessa unidade, pois sabem que os trabalhadores unidos e organizados os ultrapassariam e à sua política de capitalismo de Estado e de ditadura de um partido e não do proletariado como classe, e seriam derrotados.

AS LISTAS DO «POVO UNIDO»

Como aparecem as listas do «Povo Unido»? São negociáveis nas sedes do PC, são escolhidos os controladores, são escolhidos segundo a hierarquia do partido.

As listas do «Povo Uni-

do» servem à divisão dos trabalhadores. Os reformistas incapazes de, em assembleias, discutirem todos os problemas, de que os trabalhadores se assumam como vanguarda do processo, preferem criar listas que, como todos os partidos burgueses, irão fazer as suas promessas, mas para os quais os trabalhadores só são chamados para votar.

As eleições para as autarquias locais que permitem que as organizações autónomas dos trabalhadores participem e incentivem a luta política, assumindo-se como direcção do processo, donos do seu destino, pretendem os reformistas transformá-las em batalhas partidárias, perpe-

tuando a divisão dos trabalhadores.

A alternativa a esta política de divisão é a criação da real democracia proletária nas assembleias para a formação das listas de unidade popular, é a criação de assembleias onde sejam os trabalhadores independentemente do seu partido a assumirem a direcção, onde os elementos escolhidos não sejam por serem deste ou daquele partido mas por serem os melhores militantes da classe.

A POLÍTICA DO REFORMISMO — LEVAR A DERROTA OS TRABALHADORES

Apostando na manutenção do sistema capitalista, travando as lutas dos trabalhadores, criando ilusões e dividindo os trabalhadores, a política do reformismo leva-os ao suicídio arrastando con-

sigo os trabalhadores. As listas do «Povo Unido» surgidas após os GDUP's terem afirmado a sua disposição de participar nesta batalha e de terem definido que a unidade dos trabalhadores era o objectivo, mostra bem que para os reformistas a unidade dos trabalhadores é palavra morta, e, por outro lado, abre chances aos partidos fascistas de conquistarem mais lugares, de vencerem esmagadoramente em termos eleitorais.

Para o reformismo estas eleições são mais uma batalha para apresentar a sua força como partido, para negociarem lugares no Governo. Esta política leva à derrota dos trabalhadores, e para estes não há que negociar lugares em Governos da burguesia. Isso só os levará à divisão e consequentemente à derrota.

e a unidade popular

1.º Encontro Nacional dos GDUP

Realizou-se no último fim de semana no IST o 1.º Encontro Nacional dos GDUP.

Este encontro, sem carácter deliberativo, destinava-se a tomar conhecimento do andamento dos trabalhos a nível nacional com vista ao congresso, cuja data definitiva se marcou para 5, 6 e 7 de Novembro e a discutir e indicar aspectos táticos para as eleições das autarquias e as linhas gerais de actuação dos candidatos de Unidade Popular.

O encontro, cujo interesse fundamental seria o trabalho a efectuar por grupos de camaradas dos GDUPs que se debruçaram sobre vários domínios onde é necessário lutar pela aplicação de uma política popular e principalmente pelo debate que se lhe seguiria na sessão plenária a isso destinada, foi no entanto marcado pelo tom emotivo que caracteriza a intervenção de alguns camaradas em comícios mas que numa sessão que se propunha debate a transformou, no mínimo, em grave perda de tempo, numa altura em que é necessário aproveitar todo o tempo (que é pouco) na efectivação das tarefas urgentes que se apresentam aos GDUPs. Mas este assunto será aprofundado mais adiante, integrado na breve descrição que fazemos do referido encontro.

A 1.ª PARTE SESSÃO PLENÁRIA

Esta sessão que era aberta a representantes de todas as estruturas dos GDUPs e que durou das 15 horas às 16,30 destinou-se à saudação da CNPUP aos cerca de mil e quinhentos participantes, a apresentação do programa de trabalhos e a apresentação, pela CNPUP, do Programa das Candidaturas de Unidade Popular para as Autarquias Locais. Na saudação inicial o camarada Luís Moita, falou em nome da CNPUP cujo secretário compunha a mesa, abordou também o contexto político actual, em que o encontro se realizou, onde frisou a tentativa de estabilização da Democracia Burguesa tentada pelo actual poder, e, o perigo de um aumento de repressão sobre os trabalhadores se estes não se unirem e organizarem.

Referiu os golpes feitos na Reforma Agrária, sob pressão da CAP a abolição do decreto-lei da unidade sindical, entre outros, como exemplos da via repressiva que o governo de Soares adoptou.

Falou depois sobre a necessidade de ter em conta as dificuldades que os GDUPs enfrentam neste momento, de que destacou o crescimento de conflitos entre as organizações que apoiam os GDUPs, a ausência de maior ligação às lutas das massas, e o descrédito quanto ao avanço do MUP que existe em alguns militantes. Referiu depois a necessidade de superar estas dificuldades perante o facto de ser uma responsabilidade histórica o avanço dos GDUPs, na realização da unidade dos trabalhadores, que passa pela unidade dos revolucionários, unidade essa que é uma aspiração das massas e que é uma condição indispensável para a saída revolucionária para esta crise.

Seguidamente, incidindo na questão das autarquias, demonstrou o não eleitoralismo na legalização dos GDUPs, fazendo notar que as autarquias são organismos que estão em situação privilegiada para fazer ligação à luta de massas e que permite uma mobilização popular à escala nacional, movimentando as populações em torno dos seus interesses imediatos.

Interveio depois o camarada João Vieira Lopes que se debruçou sobre a lei eleitoral referindo nomeadamente que as leis sobre o poder das autarquias só saem depois das eleições, o que mostra o receio que o actual poder tem dos resultados das eleições. Leu a seguir o programa de trabalhos para esse dia e o seguinte e também um documento assinado pela CNPUP, sobre os aspectos práticos para as eleições documento esse que publicamos na íntegra.

Seguiu-se o camarada Pedro Gou-

lart, que salientou que os GDUPs devem não só privilegiar os métodos democráticos mas também adoptar princípios que impeçam e se demarquem de qualquer conciliação para o poder burguês.

Leu depois um texto base de discussão para os grupos de trabalho, proposto pela CNPUP, sobre as linhas gerais da actuação dos candidatos de Unidade Popular. Este texto seria posteriormente alterado e acrescido por esses grupos, e a sua redacção final encontrava-se também transcrita integralmente neste número do «Revolução».

O camarada Luís Moita voltou a intervir para anunciar para a noite a leitura de uma carta de Otelo e por fim Vieira Lopes encerrou a sessão plenária dando indicações técnicas para as reuniões dos grupos de trabalho.

2.ª PARTE — TRABALHO POR SECÇÕES

Luis Moita reiniciou os trabalhos, lendo uma carta que Otelo lhe enviou a 10/9/76. Otelo focou, segundo a leitura de Luís Moita, a perda de ânimo do início da campanha, devido às divergências partidárias. Defendeu que da ampla frente de massas que se desenvolve em volta dos GDUPs poderá vir a nascer um grande partido revolucionário que levará os trabalhadores ao Poder, que isto não se conseguiria sem unidade.

Otelo criticou o sectarismo, o controleirismo e o golpismo dentro dos GDUPs que leva ao abandono destes por milhares de trabalhadores. Defendeu ainda a presença de independentes na direcção dos GDUPs. Inteveio a seguir Jorge de Almeida Fernandes também da CNPUP que informou acerca do calendário do Congresso, ficou marcado para 5, 6 e 7 de Novembro, sendo a data limite de entrega de teses a 8 de Outubro tendo o recenseamento de ficar concluído a 15 do mesmo mês, a eleição de delegados ao congresso far-se-á entre 20 e 29 de Outubro.

O camarada apelou para que estas datas sejam antecipadas sempre que possível de modo a possibilitar uma melhor preparação do Congresso. Frisou também a necessidade de reuniões interdelegados, e que as eleições para as autarquias fazem parte das campanhas políticas do actual momento. Informou também que nesta primeira sessão do Congresso (5, 6 e 7) far-se-á eleição da Comissão Nacional, elaboração da tática e do programa político, e a elaboração dos estatutos e que na segunda sessão terá lugar nos princípios de 1977 far-se-á um aprofundamento político.

O camarada continuou a seguir com considerações sobre os GDUPs, que defendeu terem de se tornar uma organização sólida, autónoma independentemente e que seja capaz de dirigir o movimento de massas.

Explicou depois as razões do adiamento do Congresso, nomeadamente a necessidade de ter tempo para que se possa realizar um congresso democrático e representativo dizendo também que não é necessário realizar o congresso antes das eleições para as autarquias locais, pois aquele e as suas principais opções devem ser feitas em plena luta.

Debruçando-se sobre o trabalho das secções, disse que uma análise deste mostra que para no Congresso as perspectivas se possam alargar é necessário e fundamental uma grande mobilização política que é a única maneira de que o Congresso seja uma organização sólida democrática e com capacidade de direcção política. A CNPUP vai lançar para discussão interna as opções que se põem ao futuro do movimento mas que os GDUPs não devem esperar por alternativas da CNPUP para estudar a sua prática de luta. Por último lembrou que são os fundos uma das maiores dificuldades das estruturas organizativas.

Iniciou-se depois o relatório das diversas secções.

1.ª SECÇÃO — OBJECTIVOS PROGRAMA E ORGANIZAÇÃO DOS GDUPs PARA A INTERVENÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

Foi referido que havia um significativo atraso na organização, e que não existe uniformidade nos processos de lançamento de candidaturas, havendo três casos principais a considerar:

Caso I — A impossibilidade de convocar plenários implica que sejam apresentadas listas dos GDUPs.

Caso II — Há um lançamento de listas de cidadãos eleitas em plenários.

Caso III — As Comissões de Moraes têm tomado a iniciativa na convocação de plenários e na elaboração de listas.

No debate que se seguiu acerca das linhas gerais do programa de candidatura e da última resolução da CNPUP (18 de Setembro), não houve contestação da posição nacional sendo contudo apresentadas críticas pelo atraso dessa tomada de posição e foi decidido privilegiar as Câmaras Municipais à Junta de Freguesia, nas localidades de força suficiente dos GDUPs. Acordou-se também que a eleição das listas em plenário é o meio mais correcto de actuar que as listas devem assen-



A crítica ao sectarismo, ao controleirismo e ao golpismo dentro dos GDUP que leva ao abandono destes por milhares de trabalhadores.

e a unidade popular



... a responsabilidade política que cabe aos GDUP impõe-nos a obrigação revolucionária de denunciar quer as manobras, quer as acções destrutivas sistemáticas e voluntariamente cometidas no seu interior.

tar no programa de candidatura de Otelo, e que ao discutir um programa podem aceitar-se alterações mas não aceitar um que seja incompatível com o nosso. Não haverá acordo, nem coligação na entrada dos GDUPs nas listas do chamado povo unido.

2.ª SECÇÃO — PODERES E FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O grupo que se debruçou sobre esta questão produziu um enriquecimento importante do documento base da CNPUP que publicamos.

Além disso insistiu-se na necessidade de exigir maior descentralização dos poderes administrativos.

3.ª SECÇÃO — ADMINISTRAÇÃO LOCAL E ORGANIZAÇÕES POPULARES DE BASE

Aqui a discussão centrou-se à volta de três questões: os objectivos da campanha a atitude dos órgãos administrativos eleitos face ao Estado e as suas relações com os órgãos populares de base. Concluiu-se que houve deficiência na dinamização das organizações populares de base que foram consideradas como embrião dum poder paralelo e do futuro poder na sociedade socialista. Devem ser realizados plenários onde sejam negociadas as comissões de moradores fantoches e seja promovida a sua substituição; é em plenários deste tipo, que devem ser também denunciadas as CMs não representativas (geralmente controladas pelo reformismo).

Por último concluiu-se que os órgãos populares de base não devem estar ao serviço das autarquias mas sim o contrário.

4.ª SECÇÃO — HABITAÇÃO URBANISMO E TRANSPORTES

Nesta secção, foram analisadas as condições de habitação, foram feitos relatos das experiências de luta de resistência aos despejos e pelos descongelamentos das rendas assim como pelo seu controlo.

Os GDUPs devem apoiar e dinamizar as organizações dos trabalhadores pois a luta pela habitação é não só dos trabalhadores mas também dos retornados pobres, dos reformados, dos desempregados, etc.

A necessidade de socialização do solo apoio à SAAL e a recusa das casas pré-fabricadas, o apoio ao programa de recuperação das casas degradadas, a necessidade de unir as lutas dos ocupantes às lutas dos moradores dos bairros de lata, a exigência de transportes gratuitos para os soldados, a criação de creches e jardins, de infância são igualmente tarefas para os GDUPs.

Os GDUPs devem mostrar o que têm feito as juntas de freguesia e fazer inquéritos às condições de vida dos trabalhadores em cada zona. É ainda necessário um programa comum nas lutas das organizações de moradores (CMs, CLOMPs, etc.).

5.ª SECÇÃO — SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL

Aqui focaram-se dois aspectos importantes:

A luta pela prevenção das doenças, que passa pela luta contra a poluição, as más condições de habitação, etc., por campanhas de esclarecimento e de educação sanitária, por campanhas de vacinação, pela promoção de saneamento e aproveitamento de águas, pela distribuição de leite às crianças, etc.

E a luta por melhores condições de assistência, defendendo que se deve por todos os hospitais concelhios em funcionamento, enviar médicos e técnicos para a província, combater a campanha do MEIC de que 'há médicos em excesso' apoiar as clínicas populares lutando contra a tentativa do Governo de integrar as caixas no Estado, pela protecção à 3.ª idade formando comissões de reformados, exigindo a reforma na mesma idade para os trabalhadores do campo e de cidade.

6.ª SECÇÃO — ENSINO E CULTURA

Foi analisada a situação nas escolas, decidindo-se apoiar a luta para pôr o ensino ao serviço dos trabalhadores.

Deixou-se em aberto um ponto a que se não chegou a acordo:

— Apoiar as iniciativas das organizações populares de base no sentido de estas controlarem o ensino; ou

— Incentivar as organizações populares de base no sentido destas darem apoio e colaboração aos centros de cultura popular.

Pontos assentes nesta secção foi apoiar as iniciativas das organizações populares de base (campanha de alfabetização, etc.), lutar contra a ingerência fascista nas escolas, lutar pela aplicação da Constituição no que respeita ao ensino, e apoiar a luta pela ligação das escolas às organizações populares de base.

7.ª SECÇÃO — ABASTECIMENTO E PREÇOS

Cabe aos GDUPs denunciar o papel dos intermediários parasitas, e a cedência do Governo face à CAP e ao CDS. Esclarecer sobre o modo como a falta de bens produz a especulação e o mercado negro, e como a grande alta de preços em alguns bens

essenciais se deve ao facto do Governo cortar as verbas com que esses bens eram subsidiados.

Os GDUPs devem promover a protecção aos pequenos comerciantes, o escoamento dos produtos, e no campo da Reforma Agrária incentivar a venda directa, a ligação a cooperativas de pescas e, em geral, a ligação cidade-campo.

8.ª SECÇÃO — AS AUTARQUIAS NAS ZONAS RURAIS — A ALIANÇA CAMPO CIDADE

No trabalho deste grupo notou-se a ausência de camponeses pobres, mas em contrapartida houve participação de camaradas de todo o País.

A discussão que se baseou no texto apresentado pela CNPUP, incidiu em dois pontos: Uma breve análise das lutas gerais dos trabalhadores dos campos, e a discussão dos objectivos da campanha para as autarquias e os objectivos das candidaturas de unidade Popular.

Considerou-se que a defesa da Reforma Agrária, a luta contra a divisão Norte/Sul, o reforço da aliança Operário-Camponesa e a luta contra o avanço do fascismo nos campos como objectivo da campanha, devendo o programa das candidaturas integrar a luta pela melhoria das condições de vida locais, o combate à burocracia e à corrupção nas autarquias, a entrega dos baldios ao povo, a liquidação dos ex-grémios, e a colocação de direcções democráticas e representativas nas cooperativas que já existiam antes do 25 de Abril.

O DEBATE

Seguiu-se à apresentação dos relatórios das Secções um período que se pretendia que fosse de debate da ampla variedade de pontos que ficaram em aberto, de modo a enriquecer o programa de acção.

Contudo, a maior parte dos camaradas que intervieram, sendo da UDP e evidenciando o mais que podiam a organização a que pertenciam, preocuparam-se mais em dar demonstrações pessoais de dedicação religiosa ao processo que contudo demonstram não compreender.

É de certo modo estranho (ou talvez não) o facto evidente de a ordem de inscrições real não corresponder de forma alguma à ordem apresentada pela mesa, o que permitiu o repetir sistemático de «slogans» apoiados freneticamente por sectores da assembleia que pareciam não saber distinguir um comício de uma sessão de trabalho, de tal modo que vaiaram um camarada que tentou denunciar esse

facto.

Sendo ponto assente, constando de documento aprovado da CNPUP, que «nenhum activista dos GDUP pode participar em listas de outros partidos ou coligações, incluindo as designadas por «povo Unido», que, na linha da candidatura de Octávio Pato, dividem o campo popular», é incompreensível, se se pretendesse fazer uma discussão séria, o facto de quase todos os referidos camaradas repetirem até à exaustão a necessidade de os GDUPs não se ligarem de modo nenhum ao «partido Cunhalista», quando havia tantas questões que não estavam assentes e que era necessário discutir!

A cegueira hegemónica destes camaradas impede-os de ver essa necessidade de discussão; ou então é simplesmente receio da discussão, preferindo a comodidade de insistir sempre nos mesmos pontos já assentes de modo a receber muitas palmas na certeza de não serem rebatidas as suas intervenções.

Os apelos à Unidade feitos neste contexto são vazios, e semelhantes aos do PC; Unidade alienada, seguidista, aquela que tende a que as massas se devam unir em torno dos princípios estabelecidos do exterior e que os militantes devem gritar publicitariamente até ao convencimento.

O entusiasmo à volta duma tarefa não tem nada a ver com o fanatismo à volta de um «slogan»; o fanatismo demonstrado por muitos destes camaradas tem mais a ver com religião que com política; e a responsabilidade política que cabe aos GDUPs impõe-nos a obrigação revolucionária de denunciar quer a manobras, quer as acções destrutivas sistemáticas e voluntariamente cometidas no seu interior.

ENCERRAMENTO

No final do dia, Luís Moita referiu algumas coisas do que dissemos, frisando que não é escorregando trabalhadores de partidos reformistas que se constrói a unidade popular, e que um elemento desses partidos que tenha traido os trabalhadores deve ser denunciado pela triquetra e não por ter esta ou aquela traqueteira.

Falou ainda da necessidade de ter uma linguagem comum dos GDUPs, antes de dar por encerrados os trabalhos do dia.

DOMINGO — SESSÃO PLENÁRIA

No domingo à tarde, houve uma sessão pública, onde foram apresentadas pela CNPUP as conclusões dos trabalhos da véspera, e lidos os documentos a elas referentes assim como as datas que dizem respeito à realização do Congresso.

Foram feitas à assistência saudações pelas Comissões Distritais, onde algumas delas teceram considerações sobre os GDUPs, o MUP, e a situação política, e foi apresentada a Comissão Eleitoral de Unidade Popular.

Não nos debruçamos aqui sobre estas intervenções, visto terem sido, como é óbvio, conclusões e sínteses das havidas na véspera.

OTELO — A FESTA

Seguidamente deu-se início à Festa popular que constava do programa, animado por vários artistas que apoiaram os GDUPs.

No princípio da festa apareceu o camarada Otelo, convidado pela CNPUP para aí participar. O camarada Otelo foi longamente saudado pela multidão, e subiu ao palco donde retribuiu as saudações.

PROPOSTA DA DIRECÇÃO DO P.R.P. À C.N.P.U.P.

O programa de luta tem que estar na perspectiva do confronto com a burguesia

Na Comissão Nacional de Unidade Popular as divergências existem. Há posições diferentes a respeito da análise da situação, da tática dos objectivos e da composição do MUP. Por esse motivo foi decidido que a definição do Movimento passava por um amplo debate fora e dentro da Comissão Nacional. Para esse debate concorreremos com vários documentos, entre eles o PROGRAMA DE LUTA e Plataforma de acordo mínimo.

PROGRAMA DE LUTA

O Programa de Luta tem de ser pensado de acordo com a situação política que foi feita de acordo com a tática global que é traçada.

A um programa de luta não é pois indiferente que se faça uma análise que preveja a estabilização em democracia burguesa ou uma análise que preveja um confronto inevitável a curto prazo. Uma e outra análise conduzirão a formas de actuação diferentes. Considerando que o confronto entre a burguesia e o proletariado inevitável, dada a necessidade que a burguesia tem de dominar por um regime de terror, a nossa tática, logo o nosso programa de luta, tem que estar de acordo com isso.

O proletariado e os trabalhadores em geral têm de se preparar para esse confronto e para vencer, ou então serão esmagados pelo terror fascista. O terror fascista terá que liquidar milhares de pessoas — organizações revolucionárias, sindicatos, militares progressistas, organizações populares de base, trabalhadores em geral que se oponham à burguesia — para poder dominar e manter uma exploração do trabalho e um aumento do custo de vida que corresponda à miséria e à fome dos que trabalham.

É pois no sentido de nos preparar para esse confronto que temos

que organizar as lutas imediatas.

LOCAIS, NÍVEIS E FORMAS DE LUTA

No campo: Neste momento há que centrar o trabalho revolucionário no campo, principalmente em dois pontos: por um lado a luta contra a recuperação capitalista, e por outro a captação do pequeno camponês para uma aliança com o proletariado.

Anuncia-se a retomada de cento e uma herdades pelos latifundiários, por não reunirem os cinquenta mil pontos, o que é anunciado por decreto já promulgado pelo ministro da Agricultura. E embora o decreto preveja o estabelecimento de rendas a pagar pelos ocupantes, no discurso de 4/9/76 de Mário Soares essa medida é apresentada já como simples reocupação sem atenuantes. Prevê-se pois que dentro de algum tempo as chamadas forças da ordem marchem sobre as herdades em questão, tentando recuperar-las para os antigos donos.

Prevendo isso os trabalhadores rurais dessas herdades terão desde já que se organizar em comités de luta, de modo a travarem resistência perante tal acto do Governo. Essa resistência deve ir até à violência se necessário, não consentindo assim que a burguesia arranque aos trabalhadores as suas conquistas.

Neste aspecto há que pensar também que algumas vezes os soldados serão chamados a executar estas acções e que isso indica um trabalho especial junto deles. E há também que analisar que nem todos os GNRs e PSP são fascistas, que a quase totalidade deles são filhos de trabalhadores e que portanto há que travar uma luta junto deles de modo a demonstrar-lhes que é contra a sua classe que estão a actuar.

O outro ponto à volta do qual se deve centrar a nossa actuação no campo é o da organização dos pequenos camponeses. A atenção dos revolucionários no campo tem-se virado sobretudo para o proletariado rural do Alto e Baixo Alentejo, desprezando a tarefa bem mais difícil de organizar os pequenos camponeses. E embora haja zonas, tal como a das cooperativas de Alcoentre-Azambuja onde toda a movimentação é de pequenos camponeses, a verdade é que estes, com todo o seu caudal de más condições de vida e de insatisfações, têm servido de pasto para a reacção e tem sido a direita que realmente os organiza. É preciso que eles sintam que a Revolução é a seu favor e não contra eles e para tal é necessário que o MUP preste uma atenção especial a estes aliados do proletariado industrial e rural e que destaque quadros para a organização nas zonas do campesinato pobre, mas que ninguém pense em captar pequenos camponeses com enfadonhos discursos de doutrinação política; eles têm de ser captados pela acção concreta: promovendo a criação de cooperativas, que demonstrem na prática a vantagem da colectivização; travando lutas contra pagamentos de impostos e rendas; fazendo as ligações à cidade através de vendas que ilimem os intermediários; lutando pela compra de adubos mais baratos (por exemplo fazendo-a directamente e em acordo com fábricas em autogestão ou nacionalizadas).

Esta centralização à volta de dois pontos de luta privilegiados, as herdades em recuperação capitalista e os pequenos camponeses, não quer dizer evidentemente, que se ponha de lado e que não se reforce as actuais organizações das outras herdades colectivas e as actuais formas de ligação do campo com a cidade.

Nas Casas: Os despejos são já uma realidade diária. Mas a resistência aos despejos também o é.

Há que reforçar o papel das comissões de moradores e das comissões de ocupantes muitas delas, hoje em situação de debilidade ou desligadas do bairro e ligadas sim a formas de coordenação que correspondem a manipulação partidária.

Isto é tanto verdade quanto muitas comissões de moradores deixarão de existir para dar lugar a GDUPs, contrariando assim o espírito do MUP.

Não há que substituir a CM pelo GDUP, mas sim que reforça-la porque é a verdadeira representante do bairro, eleita em assembleia de moradores.



(...) A luta dos operários nessas empresas para a sua forma de organização...

E o GDUP é outra forma de organização, autoconstituída, sem eleição.

GDUPs e comissões de moradores e ocupantes têm que se encontrar no seio do MUP. Ai também se encontram os partidos com a sua expressão própria, abertamente posta e não subrepticamente e camuflada através de militantes seus nas CMs pondo estas ao serviço do partido e não ao serviço do bairro.

A resistência contra os despejos ou mesmo novas ocupações em locais em que as condições sejam propícias é um dos motivos de movimentações de massas que decerto acontecerão constantemente. Há que dar-lhes um verdadeiro cunho anticapitalista e há que demonstrar que só com o poder dos trabalhadores é que acabará a exploração e a repressão.

Nas Fábricas: Há neste momento quinhentos mil desempregados. Mas o discurso do Primeiro-Ministro anuncia mais, dentro da medida em que ameaça fechar empresas nacionalizadas ou em autogestão que o Governo entender que não são rentáveis. Espera-se pois que a classe operária tenha lutas importantes a travar nessas empresas, para que o desfecho não seja o que se adivinha para a Timex. A luta dos operários nessas empresas será tanto mais avançada quanto foi a sua forma de organização e se esta for capaz, haverá que ir para a ocupação das empresas, mantendo a laboração e encontrando formas de resistência.

Há igualmente ameaças de regresso dos patrões tanto em empresas nacionalizadas como em autogestão. Também neste caso há que encontrar formas de resistência, prevenindo que muitas vezes o regresso do patrão pode ser acompanhado de ilusórias melhorias de situação na empresa que a breve trecho os operários verão que não são em seu benefício.

Mas o aumento do custo de vida, a limitação do 13.º mês, a fiscalização sobre os benefícios da Previdência assistência médica fazem prever que se desenrolarão movimentos reivindicativos extremamente fortes e que dificilmente encontrarão resposta dentro da actual situação económica. Esses mo-



(...) É preciso que eles sintam que a Revolução é a seu favor e não contra eles (...)

e desconhecida direcção sindical). Estas movimentações conduzirão a confrontos com as forças da repressão, confrontos esses que têm de ser enquadrados no inevitável e decisivo confronto com a burguesia.

Nos Quartéis: O 25 de Novembro, o RDM, a nova ordem militar, ainda não conseguiram estabilizar as Forças Armadas e transformá-las num suporte sólido da burguesia. O Movimento de 25 de Abril e o processo que se seguiu foram demasiado tempestuosos dentro do aparelho militar burguês e revolucionaram as estruturas. Hoje há ainda um grande trabalho de aproveitamento e aprofundamento desta realidade que o 25 de Novembro não conseguiu apagar. E se esta realidade é um facto e se pensamos que o confronto contra a burguesia é inevitável temos que pôr a par das movimentações de massas, o trabalho com os soldados e com os oficiais revolucionários porque é da conjugação dos dois que pode nascer a possibilidade de vitória. Os militares revolucionários e a sua organização são aliás uma das componentes do MUP.

Mas as formas de luta dos soldados e oficiais dos quartéis não podem ser idênticas às do passado, onde tantas vezes o folclore e o democratismo foram a tônica. Essa organização tem que ser hoje muito mais profunda de uma maior eficácia para que realmente a luta dos militares se conjugue com a luta dos trabalhadores. Compete também neste campo fazer uma denúncia pública da presença militar estrangeira, constituída pela presença das bases militares estrangeiras e pela assustadora invasão da estrutura militar da Nato, que no nosso país se está a constituir como verdadeira brigada de defesa do imperialismo.



(...) Temos que pôr a par das movimentações de massas, o trabalho com os soldados e com os oficiais revolucionários, porque é da conjugação dos dois que pode nascer a possibilidade de vitória.

Burguesia

instalações ocupa.
as pelos trabalhadores

será tanto mais avançada quanto o

vimentos reivindicativos encaminhar-se-ão para grandes greves, a curto prazo.

Na organização e na condução destas movimentações e greves têm de ser um papel especial as comissões de trabalhadores, verdadeiras representantes da Assembleia de trabalhadores da empresa (e não a distante

Plataforma de acordo mínimo

1. A Candidatura de Otelo à presidência traduziu-se na apresentação de uma proposta política concreta e autónoma, à qual aderiram amplas camadas de trabalhadores e do povo. Criaram-se assim condições para dar corpo a uma nova organização política e popular claramente demarcada das «alternativas» reformistas.

2. O projecto contido nas bases da candidatura é o «de garantir as condições para que o povo unido e organizado avance a caminho duma sociedade nova, onde seja possível o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras, a sociedade socialista» (B.P.). Aponta-se como objectivo estratégico o socialismo de base, através da tomada do poder pelos trabalhadores.

3. Como questão tática fundamental é apresentada a unidade dos trabalhadores e do povo, e como instrumento decisivo para a cimentar «o reforço, desenvolvimento e defesa de todas as formas de organização dos trabalhadores e especialmente as organizações populares de base» (B.P.), o que diz no (disc. do Porto é expresso) «Se usarmos vencer podemos construir em torno das O. P. B. a unidade de todos os trabalhadores, a unidade que é capaz de construir o socialismo... a unidade que é capaz de impedir de uma vez para sempre o regresso do fascismo».

4. Com esse objectivo de dinamizar a Unidade Popular constituíram-se os GDUP, estruturas lançadas durante

a campanha eleitoral para enquadrar e organizar aqueles que aderiram à candidatura de Otelo e às Bases programáticas em que esta assentou, que apareceu assim como uma nova e decisiva componente desta nova força política e popular em construção, frente de massas de novo tipo, de que as outras três são as seguintes:

1) **A organização autónoma dos trabalhadores** apoiante das Bases Programáticas D. C. de Otelo

2) **As organizações políticas** subscritoras das Bases Programáticas da Candidatura de Otelo;

3) **Os militares progressistas.** O Conjunto de elementos integrantes neste projecto político é o Movimento de Unidade Popular.

5. Reconhecendo que falta particularizar a alternativa que se propõe, ie. as medidas no campo económico e outras a tomar se a decisão coube aos trabalhadores, afirmasse que as bases programáticas da candidatura são o elemento básico e ponto desse programa de Governo.

6. A tática global do movimento é a da movimentação ampla das massas populares na defesa das conquistas alcançadas e no avanço para novas conquistas.

Estão definidos como objectivos táticos imediatos alguns pontos que constituem um programa de luta imediata (ver dez pontos de luta).

Falta aprofundar a Tática que garante que da defesa desses objectivos imediatos se passe a novas conquis-

tas, isto é, que haja capacidade para responder à recuperação capitalista e ao avanço do fascismo de forma vitoriosa.

7. Para a prossecução destes e de novas propostas táticas há que construir organização, que acompanhe a movimentação crescente das massas populares e assegure a resposta com êxito ao confronto que a burguesia prepara.

A organização do Movimento de Unidade Popular capaz de «garantir tem de integrar as diversas componentes de forma a estudar.

8. Como a organização unitária do MUP, os GDUP deverão estruturar-se respeitando princípios organizativos que poderão resumir-se em:

a) **Que a base social de apoio** — é constituída pelas camadas populares referidas nas bases programáticas populares assalariados do campo e da cidade, operários de indústria pequenos e médios agricultores, funcionários públicos professores, pequenos e médios vendedores, técnicos, comerciantes pobres e remediados, empregados de escritório de banca, dos Seguros e do comércio. Considerasse que a liderança cabera historicamente à classe operária. Reconhecemos que o Movimento tendera naturalmente a organizar a vanguarda destes diversos sectores sociais.

b) **Quem pertence ao Movimento** — é activista aquele que tem um Movimento uma militância própria caracterizada por uma actividade regular de

aplicação na prática da linha política definida (utilizando o programa e estatutos como instrumento fundamental do seu trabalho político) por um certo grau de disciplina com responsabilização de tarefas e por quotização periódica.

c) **Como se organiza o Movimento** — O activista integra uma célula-base do Movimento que tem uma composição fixa e reuniões periódicas com regularidade a estabelecer, o GDUP efectuara reuniões abertas às massas, como forma de divulgação e controlo da sua actividade.

d) **Qual a democraticidade do Movimento** — As decisões a tomar se-lo-ão após prévia e ampla discussão democrática e organizada, devendo a minoria sujeitar-se à maioria. Consegue-se paralelamente o direito (e o dever) as posições minoritárias de expressar publicamente as suas posições e críticas e a par do cumprimento da decisão maioritária, o direito de recurso ao escalão superior do Movimento. Recusa-se a possibilidade de organizar fracções no seio do Movimento.

As eleições internas democráticas, consagrando-se os mesmos direitos e deveres aos activistas aos diferentes níveis do movimento.

Considerasse assim que a democracia será essencialmente o controlo pelas massas da justeza das decisões tomadas, pelo que se deverá estabelecer a forma de qualquer activista poder controlar a prática do movimento.

dos trabalhadores

Organização sindical

— notas para um debate

— Organização sindical: organização dos trabalhadores para a luta económica.

— A história do movimento sindical e o seu aparecimento está intimamente ligado com a história e o aparecimento das 1.ªs formas de organização capitalista.

— Os sindicatos aparecem pois como a 1.ª forma de organização colectiva dos trabalhadores necessária para travar uma luta contra o patronato por melhores salários e condições de trabalho.

Sendo embora um instrumento dos trabalhadores na sua luta contra o capital, a sua acção reivindicativa é facilmente recuperada pela burguesia através do aumento do preço dos produtos.

A acção sindicalista está confinada aos limites do capitalismo e condicionada pelos regulamentos e leis burguesas. Quanto mais forte estiver o capitalismo mais possibilidades tem o sindicalismo de reivindicar encontrando formas de se adaptar facilmente às condições do capitalismo.

A história do movimento sindical é recheada em episódios de traição

SITUAÇÃO ACTUAL DO CAPITALISMO NO QUADRO DO QUE SE DESENVOLVE A LUTA REVINDICATIVA

A situação da economia capitalista no nosso país é extremamente grave obrigando a burguesia a tomar medidas radicais no sentido da sua estabilização, que só poderá ser feita à custa dos sacrifícios das classes trabalhadoras.

O recente «aviso» de Mário Soares sobre as medidas que a burguesia necessita de adoptar para a salvação da sua economia, dão uma ideia clara do negro futuro que as classes trabalhadoras têm pela frente.

Para resolução da crise económica com que se debate, a burguesia não conta só com os instrumentos de que dispõe (órgãos de Informação, repressão, Ministérios etc.), conta também com a participação da organização sindical como seus aliados na batalha que se irá travar com o sector mais combativo do proletariado que não aceitará passivamente que o peso da crise caia sobre as suas costas.

A burguesia está a preparar para

apresentar aos trabalhadores aquilo que eles chamam o «pacto social» que necessariamente conterá medidas antipopulares como a proibição da greve, congelamento de salários, ritmos de trabalho intensos aumentos de produção, desemprego, etc.

Para levar a cabo essas medidas a burguesia necessita que haja disciplina no «mundo do Trabalho». Para que haja «disciplina no trabalho» é necessário começar a «disciplinar» os sindicatos. É isso que a burguesia já começou a fazer há muito e que irá culminar no Congresso dos sindicatos. Podemos dizer que perante essa política da burguesia o papel dos reformistas vai ser mais uma vez caracterizado por cedências e conciliações, traíndo assim as lutas e as conquistas das massas trabalhadoras.

Perante esta situação os revolucionários devem formular a seguinte pergunta (para que através da resposta definam uma táctica justa): as condições económicas são favoráveis ao fortalecimento e crescimento do reformismo sindical?

Se a burguesia conseguisse encontrar uma saída para a crise económica com que se debate, através de uma reanimação económica, investindo e

às aspirações e lutas das massas trabalhadoras.

O capitalismo e o imperialismo têm sabido aproveitar-se bem da tradicional estrutura sindical utilizando-a não raras vezes contra os trabalhadores. Nessa tarefa têm contado com a colaboração dos reformistas, que ao apoderarem-se das estruturas burocratizadas de cúpula dos sindicatos, controlando e espartilhando a luta dos trabalhadores, prestam um valioso serviço à burguesia e à contra-revolução.

Não vamos referir aqui os inúmeros casos desta actuação contra-revolucionária, quer história quer actual, referindo apenas e como exemplo o elogio público feito pelo 1.º ministro britânico (Setembro de 76) às direcções sindicais que desmobilizaram a greve dos marítimos que lutavam por melhores salários, assim como também a prática reformista e conciliadora dos nossos sindicatos cuja actuação antidemocrática tem sido aproveitada de forma inteligente pela burguesia capitalista.

A burguesia e o reformismo têm horror à revolução. Na tentativa de conservarem os seus privilégios são capazes de estabelecer todos os pactos possíveis que lhes garantam a sua sobrevivência como classes sociais dominantes.

criando assim condições para o desenvolvimento da sua economia de exploração, se eliminasse o desemprego, atenuasse a fome e a miséria, criasse assim uma base que permitiria o crescimento e fortalecimento do sindicalismo reformista.

Mas a situação é complicada para a burguesia: A crise económica agudiza-se, assumindo aqui um carácter particular ainda mais grave. A situação de crise gerada do capitalismo internacional aprofunda-se. A burguesia nacional não encontra forma de resolver as suas profundas contradições no quadro de uma situação democrático-burguesa.

Esta situação que condiciona o campo de manobra da burguesia e dos reformistas é-nos extremamente favorável se nós prespectivarmos as lutas económicas que se avizinham no sentido da transformação dessas lutas em lutas pela Tomada do Poder.

A SITUAÇÃO ACTUAL DO MOVIMENTO SINDICAL (Forças em presença)

A situação actual do Movimento Sindical caracterizando-se ainda pela he-

gemonia dos reformistas do PC ao nível superior da sua direcção, a Central Sindical, conta já com uma força de oposição importante representada por sectores Sociais-democratas e de direita organizados nos chamados sindicatos «Carta Aberta».

A tactica da social-democracia e direita sobre os sindicatos assenta sobretudo na tentativa de divisão do Movimento Sindical contribuindo assim para o seu enfraquecimento.

Os acontecimentos de Janeiro de 75 à volta da questão da lei da Unicidade Sindical, saldaram-se por uma derrota da linha defensora do pluralismo (social-democratas e direita) e por uma vitória parcial dos reformistas do PC.

É pois à volta da questão da Unicidade Sindical que se dá o primeiro embate entre os reformistas do PS e do PC a nível Sindical.

Saindo transitariamente derrotados desse embate o capitalismo e o imperialismo aguardaram melhor oportunidade para desferir novo golpe, para tal contaram com um factor importante que já nessa altura se verificava e agora se acentua mais profundamente, que é a degradação da situação económica.

Estão pois neste momento criadas todas as condições, a nível económico e social para o capitalismo e o imperialismo voltarem à carga, submetendo os sindicatos à sua política ou provocando uma cisão no interior do Movimento Sindical e ao conseqüente enfraquecimento. Na concretização desta política divisionista favorável ao capitalismo e imperialismo muito tem contribuído a actuação antidemocrática e conciliadora dos sindicatos reformistas e especialmente do Secretariado da Inter, actuação essa expressa nas atitudes tomadas face a justas lutas dos trabalhadores denegrindo-as e sabotando-as.

Neste momento, face às manobras divisionistas do imperialismo a nível de Movimento Sindical, os trabalhadores e os revolucionários não devem ficar indiferentes a essa luta.

A necessidade da realização do Congresso dos Sindicatos, não corresponde a uma imposição das massas, mas sim, a uma imposição da burguesia capitalista.

Os revolucionários ao intervirem neste campo de luta atacando o capita-



... Estão pois neste momento criadas todas as condições, a nível económico e social para o capitalismo e o imperialismo voltarem à carga, submetendo os sindicatos à sua política, ou provocando uma cisão no Movimento Sindical ...

lismo e o imperialismo como inimigos principais, devem derrotar também o reformismo, através de uma crítica e de um projecto revolucionário, conquistando para seu lado amplas massas trabalhadoras.

A nossa proposta de organização sindical baseia-se essencialmente naquilo que foram as lutas económicas desenvolvidas após o 25 de Abril e nas formas de organização que os trabalhadores encontraram para se confrontarem com os patrões capitalistas.

ASSEMBLEIA GERAL DE TRABALHADORES

A AGT é por excelência a forma de organização privilegiada pelos trabalhadores nas lutas que desencadearam contra a exploração capitalista.

A prática da discussão e da resolução dos problemas dos trabalhadores através da AGT é um passo importante no avanço da sua consciência e organização.

A grande maioria das greves de carácter económico e até político já verificadas foram na maioria das vezes decididas em AGT, funcionando a Comissão de Trabalhadores como interlocutor directo entre a AGT e o patronato, estando os seus elementos permanentemente sujeitos ao controlo dos trabalhadores.

Foi através desta prática e desta forma de organização que foi possível a largas camadas de massas trabalhadoras conquistarem graves vitórias no campo económico e social.

Os trabalhadores ao reunirem-se em AGT para discutir e encontrar soluções para os seus problemas económicos estão a levar à prática o sindicalismo revolucionário, libertando-se e ultrapassando a prática reformista que assenta sobretudo na negociata e na traição às aspirações dos trabalhadores.

Em todas as lutas a última decisão pertence sempre à AGT.

COMISSÕES DE TRABALHADORES

As comissões de trabalhadores são o órgão executivo das decisões aprovadas na AGT, e tal como todos os restantes trabalhadores os elementos das CT submetem-se às decisões aprovadas maioritariamente na AGT.

A história recente da organização dos trabalhadores a partir do local de trabalho demonstram-nos que é aí o local privilegiado para o confronto entre o capital e o trabalho.

Algumas CTs cumprindo decisões aprovadas em AGT foram mais longe do que a simples acção reivindicativa, encetando lutas de carácter político tais como: saneamentos de fascistas e traidores ou noutros casos indo até à expropriação dos meios de produção, expulsando os patrões das fábricas, não na tentativa utópica de construir o socialismo deste processo mas como única forma de garantir o emprego e o salário.

As AGTs e as CTs são pois formas de organização sindical (luta reivindicativa).

Mas a nossa intervenção sindical (luta económica) não deve estar confinada somente aos locais de trabalho. Para vencer as poderosas associações patronais é necessário que encontremos formas de coordenação na estrutura sindical que assentando na AGT dê lugar ao órgão máximo de coordenação (confederação nacional ou central sindical) órgãos esses que terão um papel executivo e coordenador nunca se substituindo à AGT que será o órgão máximo de decisão.

Luta dos Trabalhadores

A recuperação de empresas pelo patronato continua. Aquelas em que os trabalhadores lutando contra toda a espécie de boicotes conseguiram manter os seus postos de trabalho, conseguiram paagar dívidas que os patrões lhes deixaram e conseguiram também o pagamento de vencimentos e subsídios em atraso. Muitas dessas empresas foram transformadas em Cooperativas. E é assim que os patrões tendo já algum dos seus problemas resolvidos querem voltar, querem ir buscar o seu lucro sem nada terem feito nem mesmo assinar de cruz, como o faziam antes do 25 de Abril. Mas como têm o apoio do governo atrevem-se. Para os trabalhadores a luta agudiza-se cada vez mais. É não só o regresso dos patrões, é a repressão destes, é a repressão do governo. Contra isto, só a unidade e organização dos trabalhadores poderá fazer face. Mas unidade e organização na perspectiva da tomada do poder, única forma de os trabalhadores verem resolvidos os seus problemas.

BARCELLOS

A têxtil TIROL em autogestão

Empresa que emprega 333 trabalhadores, foi abandonada pelo patrão com um passivo de 60 mil contos.

Os trabalhadores depois de várias tentativas junto do patrão e do Ministério do Trabalho para resolverem a situação da empresa sem que obtivessem qualquer resultado, resolveram

em plenário ocupar a empresa e entrar em autogestão, para assim salvaguardarem os seus postos de trabalho.

Dado que o patrão não quer a fábrica, será que o governo a vai considerar mais uma das falidas?



DARQUE

Fiação Rosas entra em greve

Os trabalhadores da Fábrica Rosas entraram em greve como forma de protesto contra o facto de um delegado sindical ter sido suspenso das suas funções de encarregado na fábrica.

Entretanto na delegação do Minis-

tério do Trabalho começaram negociações com vista à resolução do conflito. Os trabalhadores não abdicaram da sua posição e querem novamente como encarregado o mesmo trabalhador.

PORTO

Grossistas têxteis

— greve para dia 6

Os trabalhadores grossistas têxteis aprovaram em plenário do sector entrarem em greve a partir do dia 6, se até lá não avançarem as negociações do seu contrato colectivo. O patronato tudo tem feito para que as negociações se atrazem, o que já acontece há vários meses.

Nesse plenário os trabalhadores decidiram realizar plenários diários para os trabalhadores do sector possam estar informados do desenrolar da situação.



PETROGAL

O Governo decide pagar 1000 contos de indemnizações a saneados

Os trabalhadores da Petrogal levantaram-se contra a decisão do governo em dar a Manuel de Castro 1000 contos de indemnização.

Manuel de Castro foi membro da Comissão Administrativa, tendo sido saneado pelos trabalhadores em virtude destes considerarem que aquele «senhor» se metia em negócios bastante escuros e que dava grandes despesas à companhia.

Entretanto o Ministério do trabalho fez alguns inquéritos mas as conclusões a que chegou é de que o sr. Manuel de Castro não é má pessoa e a indemnização é «justa».

A C. de Trabalhadores que deu uma conferência de Imprensa para denunciar esta situação reafirmou a posição dos trabalhadores (6000) de repúdio pela decisão ministerial.

Braço Forte cede aos trabalhadores

Os trabalhadores da fábrica salsicheira «Braço Forte» conseguiram os seus intentos. Ao fim de três semanas de greve o patronato cedeu e colocará novamente os bancos para que os trabalhadores possam executar o seu trabalho sentados. Durante a greve ainda se verificaram alguns reencontros com a entidade patronal, tendo-se verificado a intervenção policial.



textos

Sobre a ditadura do proletariado

Publicamos neste número do «REVOLUÇÃO» uma parte de uma brochura a sair brevemente acerca da «Ditadura do Proletariado na Europa de hoje».

«O que espanta muita gente é o facto das forças políticas obedecendo ao projecto da sociedade capitalista de Estado, com um partido-todo-poderoso, patrão do Estado-patrão, recorrerem a vias tão diferentes, consoante se trate da Europa ou se trate de países economicamente atrasados, para a conquista do poder. As razões são de dois tipos: por um lado, é o facto do imperialismo, incapaz de integrar social e politicamente forças conlstatórias nos países colonizados, adoptar forças repressivas bastante mais brutais do que aquelas que pratica na Europa, remetendo para a prática da violência revolucionária todo aquele que se quiser opor; por outro lado, é o facto de na Europa os trabalhadores em geral e o proletariado em particular disporem de um grau de maturidade e de uma capacidade criadora, fruto do claro antagonismo entre os componentes do binómio proletário-capitalista, que não admite paternalismos partidários dos do tipo de capitalismo de Estado.

No que respeita ao primeiro aspecto, o que se observa é que a burguesia tem medo, na Europa, uma preocupação evidente de procurar a todo o momento controlar as tensões sociais para o que tem utilizado as mais variadas subtilezas. É óbvio que tal maquiagem só foi possível dada a margem de manobra que os seus vastos recursos económicos e financeiros lhe propiciaram. Nessas sociedades capitalistas economicamente desenvolvidas desfrutando, para além da sua elevada produção interna, dos proventos económico-financeiros advindos da exploração dos países colonizados ou neocolonizados, a burguesia, à medida que ia absorvendo um número crescente de pequenas e médias empresas, sobre conservar parte delas como empresas periféricas inteiramente integradas e dominadas pela grande produção, destinando-lhes um papel duplo de intermediário sobreexploradores e, ao mesmo tempo, de contentoras das lutas sociais e políticas, aproveitando o interesse das organizações reformistas em não entrar em choque com tais estratos parasitários. Por outro lado, e este será o aspecto mais importante deste complexo mecanismo, a burguesia cedida economicamente em calculado sistema de conta-gotas, o mínimo necessário para que se não processasse a radicalização das lutas sociais e a sua consequente transposição para o campo político, desarmando assim, à partida, o movimento reivindicativo, logo impedindo-o de qualquer radicalização. Paralelamente, toda a estrutura socio-económica se caracteriza por um extenso e meticuloso escalonamento diferencial dentro das classes trabalhadoras que se traduz num subtil, mas eficaz divisão das mesmas que, através dos escalões mais favorecidos das classes

trabalhadoras e até mesmo do proletariado, permitiu a infiltração total da ideologia reformista (leia-se burguesa) no seio do movimento operário. Ora os requintes e a complexidade de tais mecanismos tampões da luta de classes, só possíveis em países em situação económica desafogada (daí que a sua eficácia esteja, hoje que a crise do capitalismo aí se manifesta, a baixar de dia para dia), não foram atingidos, nem de perto, nas colónias ou nos países neocolonizados.

No que toca ao segundo aspecto, é a consciência da rejeição do capitalismo de Estado por parte das grandes massas trabalhadoras, que leva os Partidos Comunistas europeus em causa, a temerem essas mesmas massas trabalhadoras, a fazerem todos os esforços para salvaguardarem o estatuto de seus representantes, a dispenderem todas as energias, para conseguirem o controlo apertado de toda a organização autónoma da classe (sindicatos, comités, etc.), a praticarem uma política de defesa do stato-quo socio-político, a abraçarem uma política de partilha do poder e de colaboração de classes na tentativa vã de alcançarem o monopólio do poder sem que o proletariado acorde do seguidismo a que o raje-rage das últimas décadas que o conduziu. É esta preocupação de não despertar o proletariado do seu actual estado letárgico que leva as direcções dos partidos revisionistas a prescindirem da via insurreccional para a conquista do poder e a optarem pela utópica e traiçoeira via parlamentarista. No fundo, aquilo que os renegados dirigentes revisionistas pretendem a todo o custo evitar é a formação de conselhos operários (soviets) através dos quais os trabalhadores exercerão o seu poder. O que pretendem, é preservar o seu «TACHO», apoiados por um diminuto extrato da pequena burguesia e da aristocracia operária, oprimindo tudo e todos e matando à nascença qualquer tentativa da parte dos trabalhadores no sentido de fazerem ouvir e valer a sua voz autónoma e apartidária.

É óbvio que, para alcançar tais objectivos, tais senhores não podem admitir a Insurreição Armada como única via válida para a conquista do poder pelas classes trabalhadoras. Tal se compreende se atendermos a que a via insurreccional implica que haja armas nas mãos dos trabalhadores organizados, o que equivale a dizer que, uma vez conquistado o poder jamais os trabalhadores se deixariam submeter aos defensores de um Estado patrão. Proibindo-se a si mesmo a Insurreição Armada, os dirigentes revisionistas apostam tudo na via eleitoral e parlamentar, preparando na Europa a vitória dos Pinochets. Tendo, no entanto, consciência da necessidade de



Como pensar, sobretudo depois do Setembro chileno, que a burguesia, uma vez atingida nos seus interesses e vendo-se definitivamente ameaçada, não recorre às suas estruturas armadas?

uma força real capaz de se opor às forças armadas inimigas, os traidores procuram convencer-se, a eles e aos trabalhadores, de que tal se pode conseguir através de uma reforma do aparelho de Estado, medida que não surpreende se atendermos a que em capitalismo de Estado a proliferação de polícias e exércitos profissionais ou profissionalizados é um facto.

Todo o problema fundamental que consiste em saber da natureza de classe do aparelho de Estado, eis o que os renegados filósofos e dirigentes revisionistas escamoteiam. Para eles o problema é quem está no Governo e não quem (que classe ou classes) detém o poder. Assim retomam as teses irresponsáveis e suicidas de Allende, segundo as quais os órgãos do aparelho de Estado (Forças Armadas, polícias, etc.) são independentes das forças socio-políticas em luta, limitando-se a servir os governantes eleitos independentemente da classe com que estes ideologicamente se identificam. Criminosamente, escondem que os exércitos e polícias burguesas são órgãos especialmente criados e destinados à defesa dos interesses da burguesia, utilizando para tanto, se necessário, as armas que detém. Esquecem ou fingem esquecer que toda a hierarquia de tipo militar é concebida por forma a garantir o controlo, por parte da burguesia, de tais órgãos, mesmo que estes admitam nas suas fileiras homens que não se identificam social e politicamente com essa burguesia. Onde estão, pois, senhores falsários revisionistas os exércitos e polícias supra classistas? Como pensar, sobretudo depois do Setembro Chileno, que a burguesia, uma vez atingida nos seus interesses e vendo-se definitivamente ameaçada não recorre às suas estruturas armadas? Será por simples amor à profissão que os governos capitalistas europeus reforçam, agora que o capitalismo vive horas de afeição, os efectivos e os meios das forças militarizadas?

A tese que pretendem moderna e avançada) da possibilidade da conquista do poder por via pacífica é, objectivamente, a mais traiçoeira das aventuras. Afinal, senhores renegados, o que é que se alterou nos factores, tão claramente apontados pelos

clássicos de que vos reivindicais os herdeiros, que obrigaram à utilização da violência revolucionária como condição necessária para a tomada do poder? Eis a questão a que os doutos «marxistas-leninistas» fogem respondendo com evasivas tão mesquinhas como as da originalidade determinada pelas realidades concretas deste ou daquele país. Mas a questão é demasiada clara e simples para que em tal matéria se consiga fazer passar gato por lebre; o que é facto é que não existe hoje país capitalista nenhum onde a burguesia não disponha destes dois elementos — o Estado e a burocracia — criados e utilizados em seu proveito e defesa. Não há Estado capitalista nenhum que não disponha de homens organizados e armados, prontos para a defesa da ordem capitalista, isto é, para a defesa dos interesses da burguesia. E também não há por muito que se esforcem todos os falsários filósofos revisionistas, características próprias a qualquer país capitalista europeu, que ponham em causa estas duas determinantes. Com pensar, pois, que é possível derrotar a burguesia e liquidar os seus interesses de classe sem que ela utilize os seus próprios meios de defesa? Como se pode chegar ao descaramento de argumentar particularidades de países que estão perfeitamente integrados na cadeia imperialista? O simples facto dos dirigentes revisionistas condenarem a via revolucionária (a que chamam sem hesitações nem distinções de «esquerdista») é a prova acabada da traiçoeira reformista conduzida por homens que, tal como no Chile, se apressam a conduzir o proletariado à mais brutal e sangrenta derrotas, levando o proletariado a viver a aventura suicida de enfrentar armado o complexo aparelho militar em que se multiplicam dia a dia o estudo de combate de rua, o seu treino e o seu equipamento. Mas o combate feroz à utilização da violência revolucionária é também, a par das alianças sem princípio com organizações burguesas, a certeza de que para os dirigentes revisionistas é preferível uma aventura à chilena, de antemão condenada, à vitória do proletariado, com todas as suas implicações, por via insurreccional.

Congresso
dos
GDUP

Teses

• O que é a saúde?

A saúde é para nós um estado de bem-estar-físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.

Encontra-se entre muitos de nós a ideia de que a doença é «fatalidade» um «azar da vida» que ataca tanto ricos como pobres e que nada podemos fazer para evitar o seu aparecimento.

Esta moção, camaradas, é tida por muitos de nós e não interessa de forma nenhuma à burguesia que os trabalhadores se esclareçam, interessa-lhes manter a medicina como uma «arte»; escolheram para os médicos uma linguagem que nós não entendemos, por exemplo, dor de garganta — odinofagia; dor de cabeça — cefaleia; isto não é por acaso, interessa à burguesia que o médico apareça como o «mágico», detentor de todo o saber.

Também na medicina se reproduzem as condições existentes na sociedade capitalista, havendo dois tipos de medicina que se opõem: uma sofisticada, a medicina privada praticada em Portugal e sobretudo no estrangeiro, à qual só tem acesso uma minoria dominante, que para além disso faz a prevenção da doença (com boa alimentação, boa habitação, trabalho compatível).

Outra, que abrange a esmagadora maioria da população (95%) de baixíssima qualidade, a que é praticada nos hospitais e caixas quando os há, não podendo precaver-se contra a doença, encontrando-se no seu dia-a-dia a gerá-la.

As condições de exercício da medicina, bem como o direito à saúde, estão portanto intimamente ligadas ao tipo de sociedade em que vivemos, é pois um problema socio-económico, um problema político. Numa sociedade capitalista como a nossa, as estruturas de saúde estão feitas de forma a manterem a reprodução quotidiana da força do trabalho, e por outro lado grande parte das doenças são provocadas pela estrutura da sociedade.

QUAIS OS PRINCIPAIS FACTORES QUE LEVAM OS TRABALHADORES A DOEREM?

Nós sabemos que o que comemos todos os dias não é suficiente, e não é só a quantidade, camaradas, mas é essencialmente a qualidade. Lembremo-nos bem quando a nós ou aos nossos filhos lhes é diagnosticada por exemplo uma tuberculose, de até estarem melhores os privilegiarmos com bananas, bifés, à custa evidentemente de uma pior alimentação para a restante família, sabemos que isso para certas doenças é meia cura para o que adoecer, contribuindo no entanto para os outros mais rapidamente adoecerem também.

Sabemos bem o quanto comer carne, peixe, fruta, etc., é importante. Mas também sabemos para o que dá o ordenado que é pago à grande maioria dos trabalhadores.

Nós sabemos as condições em que vivem a maioria do nosso povo: em casas abarracadas, barracas ou sub-alugos, a maior parte deles cheios de humidade ou mesmo chovendo lá dentro, sem casas de banho, por vezes sem retretes, sem água canalizada, sem electricidade.

Sabemos como é bonito dizerem-nos para tomar banho todos os dias, quanto sabemos também quanto nos custa transportar a água do chafariz, o quanto gastamos de gás ou petróleo a aquecê-la.

Duma estatística feita em 1970 pelo MOP tirámos que:

habitações
— com cozinha, retrete e casa de banho 20%
— com condições deficientes 20%
— sem condições aceitáveis 60%

Sabemos que as estrumeiras, as fossas, as moscas, às nossas portas,

sem podermos evitar que as crianças brinquem ali, nos podem levar a adoecer. Que as epidemias de febre tifoide, cólera, difteria, aparecem sobretudo nos bairros de lata, por exemplo no Casal Ventoso. Sabemos que além de todas as outras doenças estamos mais atreitos a estas porque não temos condições de higiene que nos permita precavermo-nos.

Do mesmo estudo estatístico tirámos que:

dos lixos urbanos
— com recolha e com tratamento 14%
— com recolha e sem tratamento 25%
— sem recolha 61%

Sabemos também que por vezes temos de roubar a alimentação das crianças, (sustentando-as a açorda)

em nosso favor porque somos submetidos a maior esforço físico, para nos aguentarmos a trabalhar ao ritmo de trabalho que por vezes o patronato nos obriga.

Sabemos quantos de nós arranjam no trabalho doenças profissionais (ex. dos olhos, dos pulmões,...) e os benefícios que tiramos da pseudo-medicina do trabalho e da burla que ela é.

E quantos de nós sofrem acidentes de trabalho? (caem dum andaime abaixo, por ex., ou morrem queimados — caso do que aconteceu recentemente àqueles dois operários da Setenave).

O sem número de deficientes de trabalho deve-se à não criação e manutenção de boas condições de segurança no trabalho, e quem sofre as consequências são os trabalhadores, quem lucra é o patronato e as companhias de seguros.

Estatísticas feitas pelo INE mostram que no trabalho:

— mais de 800 000 trabalhadores apanham uma doença profissional ou sofrem de um acidente de trabalho
— destes mais de 90 000 trabalhadores ficam aleijados para sempre
— mais de 800 trabalhadores morrem com uma doença profissional ou dum acidente de trabalho

E QUANDO NOS SENTIMOS DOENTES?

Vamos marcar uma consulta à Caixa de Previdência, e então geralmente esperamos meses por essa consulta, para depois sermos vistos em 2 minutos, para trazeremos uma receita que geralmente não é adequada para a doença, e que vai empatar a doença do trabalhador por mais algum tempo.

A Previdência funciona para o trabalhador como um balcão onde se aviam receitas de medicamentos e análises, indo novamente o trabalha-

dor pagar para enriquecer os laboratórios de medicamentos, análises, Rx; visto que já lhe é descontado todos os meses no ordenado, e volta a pagar mais 25%. E para onde vai esse dinheiro que descontamos todos os meses? (os lucros da Previdência em 1973 foram de 3 milhões de contos).

Antes do 25 de Abril, este dinheiro ia para a guerra colonial e para acumulação de divisas, e agora para onde vai?

Depois do 25 de Abril, houve a integração das Caixas no Estado, mas não houve controle pelos trabalhadores deste dinheiro, sabendo também os trabalhadores que grande número de empresas deixou de pagar para os fundos da Previdência (De Janeiro a Outubro de 1975 as empresas não pagaram 2,9 milhões de contos de descontos).

Quando nos sentimos muito mal, ou sentimos que não podemos esperar pela consulta vamos aos bancos, aos serviços de urgência dos hospitais.

Quantas horas esperamos?
Quantas vezes após a espera, ouvimos um sermão que devíamos era ir a uma consulta, que aquilo não é urgente?

A assistência no nosso país está reduzida ao que os hospitais podem dar e que se resumem aos hospitais das grandes cidades e ao que dão os das provincianas.

Os nossos hospitais das grandes cidades são iguais aos que funcionam bem lá fora, só que têm outra organização, em consequência disto: os doentes internados passam dias que não são visto, os exames levam muito tempo a serem feitos e os resultados vêm frequentemente errados, há falta de pessoal de enfermagem o que faz com que a terapêutica falhe, há falta de pessoal auxiliar o que faz com que a higiene não abunde.

As condições miseráveis de assis-



...Sabemos que as estrumeiras, as fossas, as moscas às nossas portas, sem podermos evitar que as crianças brinquem ali, nos podem levar a adoecer. Que as epidemias de febre tifoide, cólera, difteria, aparecem sobretudo nos bairros de lata...

e a unidade popular



Teses

O que é a saúde?

► tência são mantidas constantemente embora seja pseudo-denunciada em contraste com a medicina de alto nível, isto porque convém a um sector da burguesia «classe médica» manter os proventos da clinica privada.

O doente de um hospital não é tratado como pessoa que deva conhecer a sua doença e cura, mas sim como um objecto ao qual se faz um favor, e que não tem direito a qualquer explicação.

Quando está, não curada, mas capaz de produzir, é posta novamente no sistema de produção.

Isto é um ciclo, camaradas, um ciclo que não se pode pôr em causa, sem pôr em causa a sociedade em que vivemos.

Pois este conjunto de condições que acabámos de descrever, a saúde tal como a entendemos e definimos atrás, só poderá existir, se destruímos este ciclo, só se houver uma mudança profunda do sistema económico e cultural, só havendo uma destruição do sistema capitalista e do tipo de civilização que ele propõe, só uma sociedade em que o objectivo permanente seja a libertação do homem de todas as formas de exploração e dominação, só numa sociedade socialista a saúde poderá estar ao serviço do povo.

Mas então, camaradas, o que fazer para atingir esta sociedade que desejamos?

Será que a saúde é assim uma questão tão secundária que só nos devemos preocupar com ela após os trabalhadores terem tomado o poder?

Será que a saúde não é a única força, a mais preciosa, senão, o único capital que o trabalhador possui?

O patrão o seu capital é o dinheiro, o trabalhador o seu capital é a saúde.

O patrão como tem dinheiro, se o trabalhador perdeu a sua força de trabalho, a sua saúde, os outros milhares de trabalhadores lançados no desemprego, vão substituí-lo.

QUAL O PAPEL DOS GDUPs? OS GDUPs E O SEU PAPEL A NÍVEL LOCAL

Os GDUPs deverão localmente (sanidade local) divulgar e desenvolver a luta no sentido de exigir esclarecimento e medidas concretas, no que falta exs:

— reivindicar brigadas de esclarecimento da importância das vacinas para evitar certas doenças.

— reivindicar brigadas de vacinação com elementos do Estado (técnicos) e da população.

— campanhas de esclarecimento e divulgação das medidas anticoncepcionais e riscos do aborto (as estatísticas sobre o aborto são clandestinas, mas todos sabemos que as pobres vão fazê-lo às curiosas que existem lá na terra, enquanto para as ricas

existem médicos que os fazem pseudo-clandestinamente nas suas clínicas privadas). A mortalidade é muito grande e é devidas quase sempre à falta de condições higiénicas — infecções, ou por falta de conhecimentos de quem as faz — perfuração uterina.

Lutar pois, para que a mulher não necessite de fazer aborto (divulgar medidas anticoncepcionais) e se o tiver que fazer que seja feito com a máxima segurança, e isto significa para os trabalhadores, aborto feito em condições legais.

— esclarecimento e luta pelo parto assistido (exigindo unidades dispersas com técnicos de forma a garantir a segurança da mãe e do recém-nascido). Neste campo é extremamente importante o esclarecimento das mulheres sobre os riscos do parto em casa feito por curiosos (quantas crianças ficam por ex. descerebrados ao nascer, o que significa ficarem atrasados mentais para toda a vida).

— esclarecimento da mulher durante a gravidez sobre a vigilância de certas doenças, a educação alimentar, os hábitos.

— esclarecimento do tipo de alimentação quer dos adultos, quer das crianças.

As estatísticas mostram que as crianças dos meios operários rendem menos nas escolas que as outras. Isto porque aos filhos dos trabalhadores são criadas condições alimentares que lhes vão condicionar o desenvolvimento intelectual irreversivelmente, indo assim servir melhor à classe dominante.

— esclarecimento sobre as consequências do alcoolismo (doenças que provoca por ex. cirroses, e elevada taxa de mortalidade) e o modo como o álcool é utilizado não só no ponto de vista comercial mas sobretudo como forma de dominação e alienação (a taberna, o álcool funciona quase sempre para o trabalhador como uma fuga aos seus problemas), isto interessa evidentemente à classe dominante porque enquanto o trabalhador se em-

bebada não toma consciência da exploração a que está sujeito.

— esclarecimento dos trabalhadores do direito que têm quando estão doentes saber tudo que se relaciona com a sua doença.

Incentivar pois que os trabalhadores, quando estão doentes internados se deverão organizar por cada enfermaria de forma a controlar como são tratados, qual a sua doença, e hipótese de cura.

Isto são apenas exemplos do que cada GDUP de bairro pode incentivar e dinamizar nos órgãos populares de base de forma a levar os utentes a participar autonomamente nesta campanha de noções de prevenção e educação sanitária, e na luta pela sua obtenção.

OS GDUPs DE BAIRRO DEVER-SE-AO APOIAR NOS GDUPs DOS HOSPITAIS

A ligação entre os GDUPs de bairro e os GDUPs das instituições de Saúde é bastante importante, ainda que estes por vezes tenham problemas que os tocam mais directamente, enquanto os trabalhadores e na luta pelas suas reivindicações, é fundamental que os GDUPs de hospitais tenham sempre presente a importância que desempenham porque só eles que conhecem os problemas internamente poderão fazer a denúncia política, ajudando assim a furar a engrenagem interna das instituições da Assistência.

OS GDUPs DE BAIRRO E A PREVIDÊNCIA

— Dever-se-à lutar a nível local para a colocação de postos médicos pela Federação das Caixas de Previdência, devendo os seus serviços estarem abertos a toda a população: beneficiários da Caixa ou não. Isto é, velhos, órfãos, desempregados, etc. que não têm caixa deverão também utilizar o Posto, bem como direito a exames e medicamentos.

— pensamos que as organizações populares de base devem exigir o controle e a participação na gestão dos serviços e dinheiros da Previdência.

— pensamos também que a Previdência deve dar aos trabalhadores:

- salário completo na doença
- protecção da saúde no trabalho e alargamento do âmbito das doenças profissionais
- reforma condigna na velhice ou invalidez
- assistência gratuita
- habitação digna para cada trabalhador (isto é boas condições higiénicas e rendas baratas)
- promoção da saúde dos seus filhos
- ensino gratuito para os seus filhos.

Pensamos que estes problemas da protecção à saúde, a forma como é exercida a medicina é um dos elementos, não o único que nos leva todos os dias a pôr em causa, e a revoltarmo-nos contra o tipo de sociedade em que vivemos.

Pensamos pois que todas as formas de luta que apontámos anteriormente são lutas capazes de saírem vitoriosas se nos soubermos organizar e avançar para a sua obtenção, porque são problemas que sentimos profundamente.

Pensamos mais, que estas lutas nos vão ajudar a perceber e a pôr em causa toda a organização da sociedade em que vivemos — a sociedade capitalista; nos permitirá ajudar a perceber a necessidade de avançar na organização para o derrube desta sociedade podre e pela criação de um novo tipo de sociedade.

Não temos ilusões que se possa mudar radicalmente a medicina sem mudar radicalmente a sociedade.

Defendemos que só numa sociedade de tipo novo — na sociedade socialista, a saúde poderá estar completamente ao serviço do povo.

GDUP DO MURTAL



Como são diferentes os hospitais da provincia, das clinicas particulares da Capital. Mas não terão os doentes os mesmos ossos, a mesma pele, o mesmo estômago?

"CHE" GUEVARA: PRESENTE!

Ernesto «Che» Guevara de La Serna, nascido em 16-6-1928 em Rosário, Argentina. Formado em medicina em 1953, surge na vida política em 1954, apoiando, na Guatemala, a experiência de tendência marxista do coronel Arbenz. Refugia-se no México, e, em 1956, trava conhecimento com Fidel Castro. Acompanha este na formação do núcleo revolucionário, em fins de 1956, e participa na epopeia da Sierra Maestra, a ponta da lança que iria ferir de morte a ditadura de Fulgêncio Baptista, militar mediocre que se guindou à «brilhante» posição de ditador mercê de golpes sucessivos e excelente executor das ordens dos seus patrões e protectores norte-americanos.

Junto a Fidel, «Che» entra em Havana a 8-1-1959, com os revolucionários que tomam o poder. Guevara defende e obtém a fidelidade à linha marxista. Director do Banco de Cuba, embaixador itinerante do seu país adoptivo, a 21-2-1961 sobraça a pasta da Indústria. Em 1965 abandona Cuba e passa à clandestinidade, preparando e dirigindo núcleos revolucionários com o objectivo de despertar os povos latino-americanos da letargia social em que vegetavam sob regimes ditatoriais reaccionários.

Esta tentativa do «Che» valeu como catalizadora das forças revolucionárias, já que o imperialismo dos E.U.A. não podia admitir que o exemplo de Cuba «contagiasse» a sua coutada continental, que, após as independências políticas dos colonizadores iniciais luso-espanhóis, era objecto (e é) do saque económico-social das aves de rapina do capitalismo imperialista norte-americano.

É assim que, em 8 de Outubro de 1967, em Vallegrande, Bolívia, «Che» Guevara cai sob as balas do imperialismo americano, através dos seus la-

caios bolivianos e respectivos torcionários, pagos com os dólares da exploração capitalista.

Ernesto «Che» Guevara, lutador da Revolução socialista, partiu. Mas não está morto, porque os revolucionários não morrem. A partida do «Che», tal como a de todos os revolucionários, não se chora, porque eles não morrem. A sua partida constitui um ponto, um ponto dos muitos que, reunidos numa sucessão contínua, constituem uma lança afiada apontada ao coração da barbárie capitalista, da ignomínia fascista, da subtil pretensa desagregação social-democrata. Uma lança que cresce e romperá inevitavelmente as defesas exauridas, mas ainda de pé, da exploração capitalista, da exploração do homem pelo homem, da sociedade de classes.

Lembrar o «Che», hoje, nove anos após a sua partida, não é, pois, chorá-lo, mas sim erguer bem alto, cada vez mais alto, a tocha incandescente do internacionalismo proletário de todos os explorados e oprimidos do Mundo, os revolucionários que, de partida em partida, reempunharão a luz que conduzirá os povos à Revolução socialista e ao fim da opressão.

Lembrar «Che», é gritar bem alto, como ele criou:

«Combater o imperialismo onde quer que ele se encontre, pois não há fronteiras nesta luta de morte: não podemos permanecer indiferentes perante o que acontece em qualquer parte do Mundo: uma vitória de qualquer país contra o imperialismo é uma vitória nossa, assim como uma derrota de uma nação qualquer é uma derrota para todos.»

Em frente pela Revolução socialista

MÁRCIO



(...) «Se alguma vez tiverem que ler esta carta, é porque não estou entre vós. Quase não se recordarão de mim, e os mais pequeninos não se lembrarão de nada (...) Até sempre, filhinhos (...). Assim se despediu Guevara dos seus filhos. A mais velha, Hilda, tirou esta fotografia no dia em que se confirmou o assassinato de seu pai, ocorrido a 8 de Outubro de 1967.

Testemunho do professor Edelberto Torres

(extrato de uma carta escrita pelo professor a Luis Fontiô em 25 de Outubro de 1967)

Aqui estamos como vós ensombreados pela Luta, agonizando pelo assassinato do meu inesquecível e imortal CHE. Desde o nosso primeiro encontro, na Guatemala, que captei pormenores de que guardei uma impressão que conservo presente na minha memória. Todos os argentinos que conhecera antes eram indivíduos cheios de sentido de autosuficiência e de superioridade sobre os demais hispano-americanos. Ernesto pelo contrário, era modesto, e quando eu lhe dizia que a literatura argentina contava com muitas das mais valiosas obras de todo o nosso mapa cultural, respondia-me que o seu mérito se exarceava por ser pouco o que nele havia de verdadeiramente valioso. Em 1952 ocorreu um incidente que mudaria decisivamente o seu destino. De regresso da Pré-Conferência da Paz das regiões do Pacífico Asiático, fui encarregado de seleccionar os emigrados hispano-americanos que assistiram à conferência que teve lugar, se não me engano em Setembro desse ano. Acabava de enviar um radiograma

com o número do último convidado, quando Ernesto apareceu no meu gabinete a pedir-me para o incluir na lista; expliquei-lhe que as passagens estavam esgotadas, perante o que ele não insistiu, apenas se despedindo com naturalidade e sem nenhuma demonstração de contrariedade. O seu desejo era ficar em Pequim, sede da Conferência. Talvez hoje estivesse a lutar no Vietnam. É muito difícil encontrar-se nas fileiras revolucionárias um homem tão cabalmente identificado com a sua ideologia como ele. Na oração fúnebre pronunciada por Fidel vê-se claramente como o Che se impôs pouco a pouco à força do seu talento, abnegação, valor e êxito até alcançar o grau de Comandante e, depois, as altas responsabilidades da administração pública Revolucionária. Quem sabe quanto tempo passará sem assistirmos ao aparecimento de outro homem como ele? Há-de aparecer e não apenas um mas muitos, se é que esta América se há-de libertar do imperialismo; e como não há dúvida de que se libertará, podemos estar certos de que não vem longe o dia em que outros desfraldarão a sua bandeira para o assalto final à Bastilha das oligarquias criolas.

VALLE GRANDE — BOLÍVIA 8 de Outubro de 1967

**Che, hoy
Agora mismo
Nueve años después
De la calida mañana
Vista nacer despacio
Por las tierras verdes del Vallegrande**

**A beber el sangre rojo ardiente
Así como el fuego
Atrás del estrella amarilla
Brotado de tuyo cuerpo fuerte
Sangre de la misma color y gusto
De lo sangre de todos los pueblos
Los hombres las mujeres los niños
Víctimas del pulpo imperialista
Sea en los Andes sea en Leomil
Sea em los Atlas sea em el Decon**

**Che, hoy
El día despunta color de fuego
Agora mismo
Y suyo clamor viene hasta nosotros
Aquí en este lugar
En este instante**

**Hasta la victoria o la partida
Partida punto
En la sucesión de puntos —
— Lanza em el corazón ya sangriento
De la barbarie negra**

**El infinito ausente
Es el siempre presente
Hasta siempre Che
Lisboa — Portugal**

Marcio

Revolução

Composição e impressão: **Renascença Gráfica**. Distribuição: **DIG** — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

A definição à direita do governo do P.S.

Em reunião de 30 de Setembro o Conselho de Ministros aprovou uma série de medidas que caracterizam bem a política deste governo, que demonstram bem quem é o inimigo principal para este governo, à custa de quem pretendem recuperar a economia capitalista

Não se preocupando com os boicotes imperialistas, da forma como os capitalistas continuam a sabotar a economia antes pelo contrário camuflando estas situações, o governo PS descarrega sobre os trabalhadores a culpa da grave situação e ataca-os nas suas conquistas fundamentais, cumprindo bem o seu papel de governo burguês

A EXPLORAÇÃO E A DIVISÃO DOS TRABALHADORES

A preocupação dominante das medidas deste governo é a exigência que os trabalhadores se submetam à exploração, de que estes trabalhem sem se interrogarem para quem vai o que produzem, a quem beneficia? Outra das preocupações desta medida é a divisão dos trabalhadores. A divisão entre aqueles que trabalham em empresas nacionalizadas e aqueles que trabalham em empresas ainda nas mãos dos capitalistas. É a possibilidade de criação de centrais sindicais traidoras e burguesas que dividam os trabalhadores, que sejam instrumentos da burguesia para a sabotagem das lutas dos trabalhadores.

É, também, o preparar de condições para que os capitalistas regressem, fazendo com que os trabalhadores considerem preferível ter o antigo patrão a ter o Estado como gestor.

O GOVERNO PS E A DIREITA

É à direita fascista, que servem as recentes medidas do governo PS. É para tomar estas primeiras medidas que o governo PS serve à burguesia e ao Imperialismo, é para abrir as portas ao fascismo. As recentes medidas vêm por claro mais uma vez que o governo PS não quer nada com os trabalhadores, que cada dia vai assumindo o papel de um governo burguês empenhado na destruição das conquistas e formas de organização dos trabalhadores, empenhado na recuperação capitalista da economia e do Estado burguês.

As medidas tomadas nos órgãos de Comuni-

cação Social são a preparação de uma imprensa totalmente subordinada aos interesses da burguesia. No sentido dos trabalhadores não tenham informações e de os isolar. A criação da brigada da NATO e de um exército profissionalizado são a reconstrução dos aparelhos repressivos do estado burguês, capazes de esmagar a organização dos trabalhadores, de levar à prática as medidas lesivas dos interesses dos trabalhadores, de impor o fascismo.

PS — MAIS UM PASSO PARA O FASCISMO

Mas poderá levar o PS até ao fim a defesa dos interesses da burguesia, que na actual situação, levará ao fascismo?

As contradições do PS e as suas concepções sociais burguesas levam a que o PS com o agravar da crise se desfaça. O Governo PS encerra essas mesmas contradições.

O PS como partido eleitoralista assentou a sua política na conciliação de classes e, à medida que vai tomando estas medidas antipopulares vai perdendo a sua base de apoio os trabalhadores, em antifascistas.

As alternativas a este governo vão ser, pois, ou a burguesia capaz de levar consequentemente até ao fim o seu projecto de classe, que já abertamente se mostra como oposição a este governo pela sua falta de «firmeza» ou no lado oposto o proletariado que deve encontrar a sua unidade revolucionária na luta concreta contra o governo da burguesia, criando os instrumentos de organização capazes de levar essa luta até às suas últimas consequências — A Insurreição Armada.

EDITORIAL

O Encontro Nacional dos GDUPs revelou mais uma vez que existem divergências no seio desse movimento, derivados de diferentes formas de estar na actual situação política.

Para quem acredite que é possível a solução social-democrata em Portugal, para quem pense que o actual Poder vai estabilizar, muito embora tenha de adoptar formas mais repressivas de actuação, a tática escolhida tem de estar de acordo com essa visão e os objectivos obedecem-lhe também.

Não é o caso. Nós pensamos que a situação económica, que, em termos capitalistas caótica, não permitirá a estabilização em democracia burguesa. Pensamos que o capital vai ter necessidade, para superar a sua própria crise, de usar de métodos altamente repressivos sobre o proletariado, para tornar possível o aumento da exploração. Para que a super-exploração seja possível o capital tem de acabar com o direito de livre expressão, tem de acabar com o que há de campos colectivizados e de empresas e bancos nacionalizados tem de liquidar os sindicatos, as comissões de trabalhadores e moradores, os partidos de esquerda. É por isso que o Governo do Partido Socialista já não lhes serve, porque embora este Governo já tenha atingido em muito as conquistas dos trabalhadores, fica limitado pela sua própria base social de apoio, pela composição social dos seus próprios militantes. É por isso que nos bastidores do Poder se prepara um outro governo, um Governo de «competências» ou seja, um governo suceder-se-á outro governo, suceder-se-á o golpe fascista capaz de esse sim executar todas as necessidades actuais da burguesia neste país.

É esta a nossa visão e por isso dizemos que é necessária a Revolução Socialista para evitar que ela se torne uma realidade palpável. Mas não é a perspectiva de outras organizações cujos militantes estão nos GDUPs. Essas acreditam que a democracia burguesa é possível embora usando formas repressivas de controlo do proletariado. Por isso pensam que podem permanecer com as mesmas formas de luta durante anos, possibilitando assim um aumento gradual da sua própria organização. Por isso pensam que o inimigo os vai deixar viver em paz de modo a permitir-lhes a criação e amadurecimento do «verdadeiro partido do proletariado». Por isso as lutas que fomentam são lutas por pequenas concessões, sem perspectiva da tomada do Poder pelos trabalhadores para valorizar os sindicatos, cujas amplas pensam poder controlar e por a liderar as lutas dos trabalhadores. Por isso também não

aditem no Movimento de Unidade Popular a articulação nem com as organizações populares de base que aderem ao programa do Movimento, nem com os militares progressistas. Por isso não querem a Revolução Socialista. A nossa perspectiva é diferente para nós a articulação orgânica com as organizações populares de base e com os militares progressistas é imprescindível para que o Movimento de Unidade sirva efectivamente de travão ao fascismo.

Para nós o desenvolvimento das Comissões de Trabalhadores e Moradores, das Comissões de Cooperativas, dos Conselhos de Aldeia a adesão das assembleias de trabalhadores um programa revolucionário a sua articulação com a organização unitária revolucionária; a sua articulação com os militares progressistas é condição necessária para que as movimentações de massas que decerto vão acontecer, tenham um sentido revolucionário.

Estar nos GDUPs como quem está numa coligação de partidos minoritários não tem sentido. Estar nos GDUPs para servir a capa às manobras de partidos tidos falsamente como os «eleitos do proletariado» não interessa.

Interessa estar nos GDUPs com os militantes doutros partidos mas sobretudo com muita gente sem partido, que os pode resolver como local de luta. Com muita gente que tendo saído, desiludida, do Partido Socialista ou do Partido Comunista procura uma organização Unitária Revolucionária para continuar a lutar. Os GDUPs são para unir e não para dividir. OS GDUPs são, não para terem como tarefa única a hostilização do PS e do PC, mas para criar uma alternativa própria, revolucionária, que dê saída à necessidade de organização de milhares de pessoas. É para isso que os GDUPs nasceram, foi assim que os caracterizou Otelo ao longo da sua campanha. Se assim não for os GDUPs morrem e outra organização revolucionária nascerá da própria necessidade que há-de criá-la, e com todos aqueles que queiram a revolução. Porque essa Organização Revolucionária que tem que viver com a Revolução terá de se coordenar com os organismos eleitos pelos trabalhadores nos seus locais de trabalho e habitação (os actuais ou outros que se venham a criar) e terá que se coordenar com os militares progressistas, componente indispensável no processo revolucionário português.

Da conjugação destas várias componentes, na movimentação e no próprio processo revolucionário, nascerá e crescerá o Partido Revolucionário, que virá de vários quadrantes e que virá das bases, um amplo Partido das massas.

Medidas antioperárias do governo P.S.

— Caracterização de situações que constituam «justa causa de despedimento imediato»

— Revogação da «chamada Lei da Unicidade Sindical»

— «Controlo estrito da ausência por doença»

— Determinar, caso a caso, a suspensão total ou parcial de convenções colectivas em relação a empresas intervencionadas ou com avales do Estado»

— «Proibir que sejam negociados benefícios complementares da previdência»

— «Horário de Trabalho Nacional» cujos limites semanais sejam entre as quarenta e as 45 horas

— «Autonomizar, em relação ao sector privado, a contratação colectiva de trabalho dos sectores em empresas públicas e nacionalizadas»

Calendário dos G.D.U.P.

até 8/10 — Entrega das teses para o Congresso
até 15/10 — Entrega dos censuramentos dos GDUP existentes.

até 17/10 — As teses efectuadas pela própria Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular sobre todos os temas que constam do programa do Congresso são entregues nas distritais para divulgação e discussão nos GDUP.

de 20 a 29/10 — Eleição de delegados para o Con-

gresso em todos os GDUP.
5-6-7/11 — Congresso.